

JÉSSICA LEITE SERRANO

**ASPECTOS BIOLÓGICOS E SOCIOCULTURAIS: UMA ANÁLISE DAS
JUSTIFICATIVAS PARA DES(LEGITIMAÇÃO) DE PESSOAS
TRANSEXUAIS EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS**

João Pessoa, 2024

JÉSSICA LEITE SERRANO

**ASPECTOS BIOLÓGICOS E SOCIOCULTURAIS: UMA ANÁLISE DAS
JUSTIFICATIVAS PARA DES(LEGITIMAÇÃO) DE PESSOAS
TRANSEXUAIS EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS**

Tese de doutorado em Educação Física apresentada ao Programa Associado de Pós-graduação em Educação Física UPE/UEPB, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora.

Área de concentração: Cultura, Educação e Movimento Humano

Orientador: Dr. Iraquitán de Oliveira Caminha

João Pessoa, 2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S487a Serrano, Jéssica Leite.

Aspectos biológicos e socioculturais : uma análise das justificativas para des (legitimação) de pessoas transexuais em competições esportivas / Jéssica Leite Serrano. - João Pessoa, 2024.

73 f.

Orientação: Iraquitán de Oliveira Caminha.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCS.

1. Esporte. 2. Transexualidade. 3. Atletas trans. 4. Cultura - Sociedade. 5. Aspectos biológicos - Pessoas transexuais. I. Caminha, Iraquitán de Oliveira. II. Título.

UFPB/BC

CDU 796(043)

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA UPE-UFPB
CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

A Tese **Aspectos Biológicos e Socioculturais: uma Análise das Justificativas para des(Legitimação) de Pessoas Transexuais em Competições Esportivas.**

Elaborada por Jéssica Leite Serrano

Foi julgada pelos membros da Comissão Examinadora e aprovada para obtenção do título de DOUTOR EM EDUCAÇÃO FÍSICA na Área de Concentração: Cultura, Educação e Movimento Humano.

João Pessoa, 20 de junho de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Iraquitán de Oliveira Caminha
(UFPB) - Presidente da Sessão



Documento assinado digitalmente
IRAQUITAN DE OLIVEIRA CAMINHA
Data: 08/07/2024 10:15:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Giulyanne Maria Silva Souto
(UFPB) - Membro Externo



Documento assinado digitalmente
GIULYANNE MARIA SILVA SOUTO
Data: 27/06/2024 00:19:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Isabelle Sena Gomes
(UNINASSAU) – Membro Externo



Documento assinado digitalmente
ISABELLE SENA GOMES
Data: 26/06/2024 09:32:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Adriano Azevedo Gomes de León
(UFPB) – Membro Externo



Documento assinado digitalmente
ADRIANO AZEVEDO GOMES DE LEON
Data: 02/07/2024 09:54:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fábio Luis Santos Teixeira
(UPE) – Membro Externo



Documento assinado digitalmente
FABIO LUIS SANTOS TEIXEIRA
Data: 27/06/2024 09:31:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aos meus pais, Maria e Cassiano, que nunca mediram esforços e sempre incentivaram os meus estudos.

À minha filha, Nina Maria, que ressignifica a minha vida e me inspirou a finalizar este ciclo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo a Deus e Nossa Senhora, que me ampararam, cuidaram de mim, me deram sabedoria e me mantiveram firme para não desistir! Deus é tão bom, tão generoso, tão misericordioso comigo, que me faltam palavras para agradecer.

Se eu soubesse tudo o que aconteceria na minha vida de 2020 para cá, certamente eu não teria me inscrito na seleção do doutorado. Só eu, Deus e minha mãe, Maria José, sabemos tudo o que precisamos enfrentar ao longo desse tempo. Depois de Deus, a maior responsável por me fazer perseverar foi minha mãe. Obrigada minha mãe, por ter largado tudo e ir morar comigo a 460 km de João Pessoa; por ter sido mãe da minha filha tanto quanto eu; por ter ficado com Nina o dia inteiro para que eu pudesse trabalhar; por brincar com ela nos finais de semana enquanto eu me escondia no quarto para tentar escrever. Sem a senhora esse trabalho não teria uma linha escrita. Foi também pela senhora, para te orgulhar e honrar toda a sua dedicação que eu não desisti. Obrigada por tudo!

Gostaria de agradecer também ao meu pai, Cassiano Leite Serrano (*in memoriam*). Obrigada pai por me incentivar a estudar desde cedo e ter me permitido priorizar os estudos. Obrigada por ter trazido, emprestado da biblioteca, O mundo de Sofia, Agatha Christie e tantos outros livros para que eu pudesse crescer tendo o hábito da leitura. Obrigada por ter se apertado para pagar o cursinho de inglês e o pré-vestibular. Obrigada por ter ido ao meu primeiro dia como aluna da UFPB para fazer o cadastramento. Obrigada por ter me acompanhado na minha primeira aula na UPE. Obrigada pelo amor, parceria e incentivo de sempre. Eu te amo muito e morro de saudades. Covid professora doutora negacionismo

Agradeço a minha filha, Nina Maria, que chegou durante esse processo, virou tudo de cabeça para baixo e me virou ao avesso. Me mostrou que eu posso ser mais resiliente do que imagino, e que apesar de acordar 10 vezes durante uma noite, sempre há um outro dia. Me mostrou o amor avassalador que só uma filha é capaz de oferecer, forte, intenso e eterno. Filha, você me fez ressignificar tudo! Por você também, eu estou aqui. Como você costuma me dizer, “você é o melhor presente que Jesus me deu”. Te amo.

Ao meu orientador, o professor Iraquitan, com quem compartilho a vida acadêmica desde 2009, meu muito obrigada! Estamos encerrando um ciclo cheio de respeito e alegrias. Diante das dificuldades que surgiram no meu caminho, o senhor sempre foi paciente, generoso e disponível. Obrigada por todas as oportunidades, pelos ensinamentos, confiança, cuidado e incentivo. O senhor é um ponto fora da régua que nós temos a benção de encontrar.

Aos amigos dessa jornada, meu muito obrigada! Foi muito mais fácil com vocês. Gostaria de agradecer de maneira especial a Bruno, Taís, Orrana, Neco, Roberta e Rodrigo, pela partilha e incentivo. Quero agradecer também a irmã que o doutorado me deu, minha amiga Thaynã.

Aos demais amigos, que de alguma forma me acompanharam nesse processo, meu muito obrigada! Agradeço em especial a Yasmin e Aline.

Aos professores que compõem a minha banca: Adriano, Isabelle, Fábio e Giu, obrigada por me acompanharem e me auxiliarem nessa jornada. Fico feliz e lisonjeada de ter referências como vocês em minha banca.

A minha amiga Isabelle Sena, minha eterna Co, agradeço por ter segurado na minha mão desde a graduação. A minha caminhada também é fruto de toda sua disponibilidade, dedicação e generosidade.

Aos professores do PAPGEF UPE/UPFB, obrigada por todos os ensinamentos.

Aos secretários do Programa aqui na UFPB, Herson e Ricardo, obrigada por tanta gentileza e generosidade. O profissionalismo e a humanidade de vocês encantam a todos que tem o privilégio de entrar pela porta da secretaria e dar de cara com um sorriso e tanta receptividade.

RESUMO

Após o Comitê Olímpico Internacional (COI), no ano de 2016, alterar suas diretrizes que versam sobre a participação de atletas trans nas olimpíadas, houve um crescimento substancial nas discussões que envolvem esta temática. Dentro do meio acadêmico, apesar de haver um aumento nos números de estudos produzidos sobre essas questões, ainda existem muitas lacunas investigativas que estão longe de serem contempladas. Afim de contribuir com essas discussões e dar voz aos protagonistas desta temática, o objetivo principal do presente estudo foi compreender os argumentos utilizados pelos atores sociais envolvidos no esporte para legitimar ou deslegitimar a participação de pessoas transexuais em competições esportivas. O estudo se caracteriza enquanto pesquisa qualitativa e exploratória. Participaram da pesquisa 5 atletas trans; 4 técnicos esportivos e 4 fisiologistas, que foram selecionados através da referência em cadeia. Para obter o corpus de análise da pesquisa, o instrumento de coleta de dados foi a entrevista semiestruturada. Para a análise dos dados, utilizamos a análise do discurso e para isso nos inspiramos nas obras de Foucault, *A ordem do discurso* e *a Arqueologia do saber* para definir a perspectiva de análise de discurso que adotamos. A pesquisa obteve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisas do Centro de Ciências da Saúde (CCS) pertencente à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), seguindo a Resolução Nº 466/13 do Conselho Nacional de Saúde, com aprovação e Registro no CEP/CCS/ UFPB e CAAE de número: 29725620.0.0000.5188. O presente estudo conduziu a construção de dois artigos originais. O primeiro teve como objetivo analisar as experiências de atletas trans no enfrentamento das barreiras encontradas nos espaços esportivos para serem aceitas como competidoras. Os resultados apontam que as principais barreiras enfrentadas pelas atletas são a resistência dos times adversários em aceitar jogar contra um time com atleta trans; a necessidade de participar de competições segundo o sexo biológico para praticar o voleibol; transfobia; e a falta de inclusão das organizações que estão à frente dos campeonatos. Apesar das inúmeras barreiras, as atletas demonstraram resiliência, buscando resistir e perseverar na busca por seus direitos de participar das competições no gênero feminino, mesmo enfrentado transfobia em diferentes formas e proporções. O segundo artigo teve como objetivo analisar os discursos de fisiologistas e técnicos esportivos sobre a participação de pessoas trans no esporte. Os resultados indicam que não existe um consenso no discurso dos entrevistados sobre concordar com a participação de atletas trans nas competições esportivas, o lugar dos corpos trans no esporte, na visão dos entrevistados, é de separação ou de rejeição, sendo a criação de uma terceira categoria, a alternativa mais recorrente sobre o lugar que esses corpos devem ocupar.

Palavras-chave: Esporte. Transexualidade. Cultura. Biologia.

ABSTRACT

In 2016, after the International Olympic Committee (IOC) changed its guidelines regarding the participation of trans athletes in the Olympics, there was a substantial growth in discussions involving this topic. Within academia, despite there being an increase in the number of studies produced on these issues, there are still many investigative gaps that are far from being addressed. In order to contribute to these discussions and give a voice to the protagonists of this topic, the main purpose of the present study was to understand the arguments used by social actors involved in sport to legitimize or delegitimize the participation of transgender people in sports competitions. The study is characterized as qualitative and exploratory research. Five trans athletes participated in the research; 4 sports coaches and 4 physiologists, who were selected through chain reference. The data collection instrument was the semi-structured interview to obtain the research analysis corpus. To analyze the data, we used discourse analysis and for this we were inspired by the works of Foucault, *The order of discourse and the Archeology of Knowledge* to define the discourse analysis perspective we adopted. The research was approved by the Research Ethics Committee of the Health Sciences Center (CCS) belonging to the Federal University of Paraíba (UFPB), following Resolution No. 466/13 of the National Health Council, with approval and registration at the CEP/ CCS/ UFPB and CAAE number: 29725620.0.0000.5188. The present study led to the construction of two original articles. The first aimed to analyze the experiences of trans athletes in facing the barriers found in sports spaces to be accepted as competitors. The results indicate that the main barriers faced by the athletes are the resistance of opposing teams in accepting to play against a team with a trans athlete; the need to participate in competitions based on biological sex to play volleyball; transphobia; and the lack of inclusion of organizations that are in charge of the championships. Despite the numerous barriers, the athletes demonstrated resilience, seeking to resist and persevere in the search for their rights to participate in female competitions, despite facing transphobia in different forms and proportions. The second article aimed to analyze the speeches of sports physiologists and coaches about the participation of trans people in sport. The results indicate that there is no consensus in the interviewees' speech about agreeing with the participation of trans athletes in sports competitions, the place of trans bodies in sport, in the interviewees' view, is one of separation or rejection, with the creation of a third category, the most recurring alternative regarding the place these bodies should occupy.

Keywords: Sport. Transsexuality. Culture. Biology.

RESUMEN

Luego de que el Comité Olímpico Internacional (COI), en 2016, cambiara sus directrices sobre la participación de atletas trans en los Juegos Olímpicos, hubo un crecimiento sustancial en las discusiones sobre este tema. Dentro del mundo académico, a pesar de que hay un aumento en el número de estudios producidos sobre estos temas, todavía existen muchos vacíos de investigación que están lejos de ser abordados. Para contribuir a estas discusiones y dar voz a los protagonistas de este tema, el objetivo principal del presente estudio fue comprender los argumentos utilizados por los actores sociales involucrados en el deporte para legitimar o deslegitimar la participación de personas transgénero en competiciones deportivas. El estudio se caracteriza por ser una investigación cualitativa y exploratoria. En la investigación participaron cinco deportistas trans; 4 entrenadores deportivos y 4 fisiólogos, quienes fueron seleccionados a través de cadena de referencia. Para la obtención del corpus de análisis de la investigación, el instrumento de recolección de datos fue la entrevista semiestructurada. Para analizar los datos utilizamos el análisis del discurso y para ello nos inspiramos en las obras de Foucault, El orden del discurso y la Arqueología del conocimiento para definir la perspectiva de análisis del discurso que adoptamos. La investigación fue aprobada por el Comité de Ética en Investigación del Centro de Ciencias de la Salud (CCS) de la Universidad Federal de Paraíba (UFPB), siguiendo la Resolución nº 466/13 del Consejo Nacional de Salud, con aprobación y registro en el CEP/CCS / Número UFPB y CAEE: 29725620.0.0000.5188. El presente estudio condujo a la construcción de dos artículos originales. El primero tuvo como objetivo analizar las experiencias de deportistas trans al enfrentar las barreras encontradas en los espacios deportivos para ser aceptados como competidores. Los resultados indican que las principales barreras que enfrentan los deportistas son la resistencia de los equipos contrarios a aceptar jugar contra un equipo con un deportista trans; la necesidad de participar en competiciones basadas en el sexo biológico para jugar voleibol; transfobia; y la falta de inclusión de organizaciones que se encargan de los campeonatos. A pesar de las numerosas barreras, las deportistas demostraron resiliencia, buscando resistir y perseverar en la búsqueda de sus derechos a participar en competencias femeninas, a pesar de enfrentar la transfobia en diferentes formas y proporciones. El segundo artículo tuvo como objetivo analizar los discursos de fisiólogos y entrenadores deportivos sobre la participación de las personas trans en el deporte. Los resultados indican que no hay consenso en el discurso de los entrevistados sobre estar de acuerdo con la participación de deportistas trans en competiciones deportivas, el lugar de los cuerpos trans en el deporte, a juicio de los entrevistados, es de separación o rechazo, con la creación de una tercera categoría, la alternativa más recurrente respecto del lugar que deben ocupar estos órganos.

Palabras clave: Deporte. Transexualidad. Cultura. Biología.

8.1 Apêndice A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	68
8.2 Apêndice B- Roteiro da entrevista para atletas transexuais.....	71
8.3 Apêndice C- Roteiro da entrevista para técnicos esportivos.....	72
8.4 Apêndice D- Roteiro da entrevista para fisiologistas.....	73

1. INTRODUÇÃO

Quando se fala sobre esporte, muitos adjetivos podem ser utilizados na busca de sua definição. Com diversas concepções, o esporte pode assumir diferentes significados e funções sociais, considerando o contexto, o espaço e o objetivo. O esporte deve ser compreendido em uma perspectiva mais ampla, considerando seu conceito polissêmico (RECHIA et al., 2015).

Algumas práticas corporais, entre elas os esportes, são espaços de disputa de saber e poder que contribuem para delimitação e definição de padrões de normalidade nos campos da sexualidade, das aparências dos corpos e das identidades de gênero (GRESPLAN; GOELLNER, 2014a). O esporte tem caráter generificado e generificador, reproduzindo masculinidades e feminilidades (MUHLEN; GOELLNER, 2012), isto porque ele divide as suas práticas e competições em categorias feminina e masculina, endossando o modelo heteronormativo tão presente em nossa sociedade que enquadra e separa o que é feminino do que é masculino.

Historicamente práticas esportivas vem adotando critérios biológicos para definir masculinidades e feminilidades e, conseqüentemente, realizar as divisões binárias de suas competições, impondo a associação hormônio-gênero. As políticas de verificação de gênero podem ser compreendidas como uma maneira de reforçar essas separações e construir barreiras entre o masculino e o feminino (SILVEIRA; VAZ, 2014; PIRES, 2016). Nestes processos, as mulheres são submetidas a testes que buscam comprovar a sua feminilidade e distanciar qualquer possibilidade de presença de hormônios tipicamente masculinos em quantidades fora do “padrão”. Nesta ótica, considera-se mulher quem nasceu com o cromossomo sexual XX, e homem quem nasceu com o cromossomo sexual XY.

Na história das Olimpíadas, a participação das mulheres nos jogos é marcada por rejeição e controle, desde a edição de 1936, em Berlim, há registros de questionamento da feminilidade de atletas. As atletas começaram a ser obrigadas a passar por testes de feminilidade, também conhecidos como teste de gênero e teste de sexo. Em 1966 era necessário passar por exames ginecológicos, em 1968 foram substituídos pela testagem de cromossomos. As atletas que “passavam” nos testes, ganhavam uma carteira rosa que funcionava como um passaporte para

participar dos jogos (LESSA; VOTRE, 2013).

Depois da edificação dos jogos olímpicos em Sidney nos anos 2000, os exames de verificação de sexo deixam de ser obrigatórios nas Olimpíadas (LESSA; VOTRE, 2013). Atualmente a verificação de gênero pode ser requerida se houver alguma “dúvida” sobre o pertencimento de uma atleta ao sexo feminino, caso existam alterações nos resultados destes testes, como alguma “anomalia”, é indicado pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) a opção cirúrgica ou hormonal, e só depois de sanadas as alterações as atletas podem retornar as competições (GOELLNER, 2016). As atletas Edinanci Silva e Dutee Chand¹, tiveram em momentos diferentes da história do esporte a feminilidade questionada e precisaram se submeter aos testes dessa política de verificação de gênero, no caso de Edinanci², a atleta precisou, inclusive, passar por procedimentos cirúrgicos para poder competir.

A ordem discursiva que sustenta a legitimidade dos testes de feminilidade está ancorada na aceitação da linearidade e da harmonização entre corpo, sexo e gênero, invisibilizando a existência de outras matizes (GOELLNER, 2016, p.36).

Mundialmente podemos ver casos no esporte que vem subvertendo essa ordem e dando visibilidade e acesso a competições esportivas a pessoas que não se enquadram nas normas da ordem heteronormativa, como as pessoas transexuais. Compreendemos a transexualidade como uma questão identitária, ou seja, a pessoa transexual não se identifica com a identidade que lhe foi atribuído ao nascimento (masculino ou feminino) e busca um reconhecimento social no gênero oposto (BENTO, 2014). Já as pessoas cisgênero, são aquelas que possuem coerência entre o gênero do nascimento e o de identificação (JESUS, 2012).

Segundo Bento (2017, p.217), “[...] há uma considerável lista de casos de atletas que mudaram de gênero e passaram a competir na categoria diferente daquela que os seus cromossomos determinariam”. Avanços importantes nos eventos esportivos vêm mostrando uma ótica diferente sobre corpos, desempenho atlético e esportes (CAMARGO; KESSLER, 2017).

¹ Ver a reportagem para o site do globo esporte: “Dor e choro: Atleta que derrubou testes de feminilidade faz apelo no Rio”.

² Ver reportagem da Folha de São Paulo: “Judoca se submeteu a cirurgias”.

Um dos avanços no esporte foi protagonizado pelo COI (Comitê Olímpico Internacional) em 2016, que buscou promover condições para a participação de pessoas transexuais em competições esportivas oficiais segundo a sua identidade de gênero. Antes de 2016, atletas transexuais precisariam se submeter a cirurgia de transgenitalização para poder participar de competições esportivas. Com essas diretrizes não existiam restrições para homens transexuais, já para as mulheres transexuais: é necessário que a atleta se declare em sua identidade de gênero como feminina; mantenha nível de testosterona abaixo de 10nmol/L durante os últimos 12 meses antes da sua primeira competição e mantenha este mesmo nível ao longo da competição³. Preciado (2018, p. 180) nos lembra que: “Hormônios são bioartefatos feitos de cadeias de carbono, linguagem, imagens, capital e desejos coletivos”. Com esta mudança, se ampliaram as possibilidades de participação de pessoas transexuais nos esportes em algumas modalidades (SERRANO; CAMINHA; SENA, 2017).

Em 2021, o COI atualizou mais uma vez as suas diretrizes que versam sobre a participação de atletas transexuais nas Olimpíadas, nessa nova versão, não há mais exigências hormonais, como havia na versão de 2016. A testosterona, que durante esses anos funcionou como um dispositivo balizador, indicando quem podia pertencer aquele espaço ou não, não aparece, pelo menos diretamente, como uma exigência. O COI orienta que as Federações estabeleçam suas regras, de acordo com as exigências de cada modalidade e prezando a inclusão. Apesar da recente mudança na diretriz, as discussões sobre a presença do corpo trans no esporte segue sendo alvo de debates e críticas.

Para a população transexual, essas mudanças nas diretrizes do COI auxiliam na ampliação de sua inserção em todas as esferas e espaços, dissipando mais uma barreira de exclusão e possibilitando o acesso a competições de alto nível por atletas transexuais, fazendo valer seus direitos, já que, “o direito ao esporte é considerado constitucionalmente e tem status de direitos humanos, internacionalmente” (MACHADO; TURATTI JÚNIOR, 2018, p.23).

O caso de Fallon Fox (atleta de MMA) que participou de competições esportivas como mulher trans gerou uma grande repercussão sobre a legitimidade

³ Ver reportagem de Gesio Passos: “COI: Transexuais podem competir no Rio sem necessidade de cirurgia”.

de sua presença nessas competições (GRESPLAN; GOELNNER, 2014a). Ao questionar essa legitimidade, emerge a discussão sobre a legalidade da participação das pessoas trans em competições esportivas.

No Brasil, um caso de inserção de pessoas transexuais no esporte que vem ganhando grande repercussão foi o da jogadora de voleibol Tiffany Abreu, que atualmente representa o time do Osasco na superliga feminina. Após conseguir manter seus níveis de testosterona dentro dos números impostos pelo COI(na época a diretriz vigente era a de 2016), a FIVB (Federação Internacional de Voleibol) permitiu que a atleta se inscrevesse em ligas femininas. A atleta tem o direito previsto na legislação do COI para participar das competições, todavia, mesmo de acordo com a legalidade, a sua legitimidade no esporte ainda é questionada. Casos como esses desestabilizam as normas heteronormativas envolvidas no esporte e possibilitam novos significados para os corpos nas práticas esportivas (GARCIA; PEREIRA, 2018).

A performance de atletas transexuais atuando na categoria feminina rendeu debates entre a população, atletas, técnicos, médicos e fisiologistas sobre possíveis vantagens das jogadoras (por sua condição trans) em relação as demais. A discussão é baseada em torno das possíveis “vantagens” das mulheres trans em competições femininas, já que não há casos de polêmicas envolvendo testes hormonais em homens trans (MACHADO; TURATTI JÚNIOR, 2018). Há uma resistência em aceitar as pessoas trans dentro dos espaços esportivos, como se estes espaços não fossem legítimos para elas (CHAVES; ARAÚJO, 2015).

Apesar de haver registros na história sobre a participação de atletas trans em competições esportivas a mais de quarenta anos, ainda é recente o interesse da educação física em aprofundar suas pesquisas sobre a temática, havendo diversas lacunas investigativas para serem respondidas. Com a mudança- ainda recente- nas diretrizes do COI e com o aumento no número de atletas trans em evidência na mídia, muitos questionamentos e debates que envolvem a inserção das pessoas trans nos esportes vem sendo realizados, todavia, em sua maioria, se baseiam em achismos e discursos de cunho religioso e político alçados pela heterocisnormatividade. Esse estudo se justifica na intenção de ampliar a discussão da temática com base em conhecimentos científicos construídos a partir da visão dos atores sociais envolvidos diretamente no esporte.

Os argumentos utilizados para legitimar ou deslegitimar a participação das atletas em competições esportivas geralmente são pautados em discursos médicos/biológicos ou em aspectos sociais. Diante destas discussões em torno da participação de pessoas trans em competições esportivas, o presente estudo tem como problema de pesquisa: Quais são os argumentos utilizados pelos atores sociais envolvidos no esporte para legitimar ou deslegitimar a participação de pessoas transexuais em competições esportivas?

1.1 Objetivo Geral

Compreender os argumentos utilizados pelos atores sociais envolvidos no esporte para legitimar ou deslegitimar a participação de pessoas transexuais em competições esportivas.

1.1.1 Objetivos Específicos

- Analisar as experiências de atletas transexuais sobre as suas participações em competições esportivas segundo sua identidade de gênero.
- Compreender o posicionamento de técnicos esportivos e fisiologistas sobre a participação de pessoas transexuais em competições esportivas segundo a sua identidade de gênero.

1.2 Estrutura da tese

A estrutura desta tese está organizada de forma diferente dos padrões tradicionais de elaboração de teses do contexto acadêmico tradicional. Adotamos o padrão baseado no “Modelo Escandinavo”, que propõe a produção da tese em um ou mais artigos para expor os resultados obtidos na pesquisa.

Diante das opções ofertadas pelo PAPER – UPE/UFPB para o desenvolvimento desta tese, optamos pelo modelo dois (2), alternativo, definido segundo apêndice da norma 002/2015/PPGEF, da seguinte forma:

Em conformidade com as resoluções e normas em vigência, admite-se que a dissertação ou tese possam ser apresentadas em dois formatos: (1) formato tradicional (monográfico); e formato de artigos.

Independente do formato definido pelo discente, os princípios gerais contidos nesta normatização devem ser observados. (PAPGEF – UPE/UFPB, 2015).

Desta forma, a seção de Resultados será apresentada em dois artigos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O universo Trans

O gênero vem sendo objeto de estudo nas mais diferentes áreas, todavia, não há um conceito universal que o contemple nem no meio acadêmico, nem nos ativismos políticos (BENTO, 2014).

Antes de aprofundar as discussões sobre gênero e universo trans, é necessário compreender o conceito de heteronormatividade e como ele se relaciona nas discussões com o gênero. Para Petry e Meyer (2011, p. 195):

A heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade. De acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas –e apenas duas– possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho.

Essas possibilidades são chamadas de matriz heterossexual, que almeja o que Butler (2003) chama de “gêneros inteligíveis”, que é a coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, desta forma, o desejo reflete ou expressa o gênero e vice-versa. A heteronormatividade busca valorizar as masculinidades e feminilidades, enfatizando o binarismo de gênero e ditando o que é/pode ser masculino e feminino. A sociedade ocidental, de maneira geral, valoriza, legitima e privilegia a heteronormatividade, exercendo uma força compulsória regulatória, mas, apesar, dessa força, ainda persistem identidades que destoam e fogem desse padrão.

Para Haraway (2004, p.211), considerando o contexto do movimento feminista pós-guerra, gênero pode ser compreendido como “um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta”. Se discutia a inferiorização da mulher por sua composição biológica, questionando os porquês dos homens serem considerados superiores.

Para os estudos de gênero, o sexo é uma categoria biológica e independe do desejo pessoal, e o gênero é uma construção social que se dá a partir da vivência, da cultura e das relações com a sociedade. Para Rubin (1993, p.3):

“Um sistema de sexo/gênero, numa definição preliminar, é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais são satisfeitas”.

Ou seja, as categorias ligadas ao sexo (macho e fêmea) não precisam necessariamente corresponder as categorias ligadas ao gênero (masculino e feminino), todavia, dentro de uma sociedade heteronormativa, o que se espera é que essas categorias coincidam para atender as demandas dos discursos de poder que buscam o controle dos corpos (FOUCAULT, 2014). O gênero possibilita a reflexão sobre a maneira de construir a identidade sexual, demonstrando que as diferenças entre homens e mulheres não se restringem ao sexo biológico, mas ao contexto social, histórico e cultural, colocando em cheque a existência de um determinismo biológico que considera que as diferenças do corpo são responsáveis pelos papéis a serem desempenhados pelos sexos (GOELLNER; FIGUEIRA, 2002).

O indivíduo muitas vezes constrói seus comportamentos como homem ou mulher por ter adquiridos esses padrões desde a infância por meio da socialização e do jogo comum da existência (LE BRETON, 2014). Foucault (1979, 2014) nos ajuda a compreender este feito do discurso hegemônico de gênero binário como a mais sutil/violenta forma de poder. Segundo ele, o poder agiria, neste caso, através da capacidade de criar/reproduzir formas de subjetividade a partir de determinados dispositivos (como o da sexualidade) e discursos (como o do gênero binário), sem que os sujeitos se deem conta da (auto)vigilância e da dominação implícita no próprio discurso elaborado.

Para Bento (2014), essas posições são universalistas e tendem a reforçar as identidades em posições fixas, endossando o binarismo do gênero e o corpo dimórfico. Para ela, o corpo, nestes casos, figura como uma folha em branco a mercer do carimbo da cultura e de seus significados para assumir o gênero.

Os estudos queer, cujo termo significa “esquisito, ridículo, estranho, adoentado, veado, bicha, louca, homossexual” (BENTO, 2012, p.2660), se opõe a categorização feita nos estudos de gênero, resistindo as tentativas de fixar as identidades sexuais e de gênero. Para a teoria *queer* não existe uma identidade fixa, existe a possibilidade de trânsito entre as identidades, os corpos e os gêneros, se fundamentando na pluralidade (BENTO, 2014). O caráter fluido da construção das identidades e corporalidades de gênero é um dos pontos centrais da teoria queer

presentes nos estudos de Butler (2003). Para a autora, o gênero é uma prática discursiva, corporal e performativa, através dela, a pessoa adquire inteligibilidade social e reconhecimento político.

Benedetti (2005) se refere ao universo trans como as diversas possibilidades de (auto) identificações relacionadas ao gênero, considerando o caráter flutuante do gênero. Para Nascimento (2014), fazem parte do universo trans: travestis; transexuais; homossexuais transformistas e *drag queens*. A autora ainda ressalta que a “categoria” assumida vai depender de alguns fatores, como a autoidentificação, os movimentos políticos e a rede de socialização em que a pessoa está inserida.

Alguns termos que fazem parte do universo trans precisam ser clarificados nesse estudo a fim de se compreender melhor os seus objetivos, para isso utilizaremos o guia de Jesus (2012), como base para nossas definições, uma vez que assim como o conceito de gênero, muitas identidades do universo trans não tem uma definição aceita universalmente.

Para a autora, a transexualidade é uma questão identitária, onde a pessoa não se reconhece no gênero em que nasceu e busca o reconhecimento social no gênero oposto ao do seu nascimento, que é o gênero em que ela se reconhece. Sendo assim, o homem trans se identifica e quer ser reconhecido no gênero masculino, já a mulher trans no gênero feminino. Seguindo a mesma linha de raciocínio, a autora define cisgênero como a pessoa que se identifica com o gênero atribuído no seu nascimento.

Alguns estudos optam por utilizar o termo transgênero, considerando esse um sinônimo do termo transexual. Nós optamos por utilizar o termo transexual por parecer haver um consenso nas definições de que as pessoas nessas condições se identificam e se reconhecem no gênero oposto ao do nascimento, que figura como um dos critérios para autorizar a participação de atletas trans em competições esportivas. O conceito de transgênero é mais passível de interpretações distintas. Para Le Breton (2014), a pessoa transgênero pode se revestir de uma aparência duradoura ou transitória, sendo sua aparência e seu sexo elegido de acordo com a vontade do momento, não sendo um destino anatômico. Para Jesus (2012), pessoas que não se identificam com nenhum gênero também podem recorrer ao termo transgênero para se identificar.

“A transexualidade tem pautado um extenso debate político, social e

intelectual que tem colocado em xeque, dentre outras, noções essencialistas sobre gênero, sexo, sexualidade e identidade” (PETRY; MEYER, 2011. p.194). As discussões sobre conceitos e a busca por eliminar ou criar categorias parece não apresentar um consenso desde os primeiros escritos, não havendo ainda a possibilidade de conformidade nos debates acadêmicos. O universo trans aparece como algo mais complexo e suas vivências e possibilidades estão longe de conseguirem ser enquadradas de maneira exata e unânime pela academia.

2.2 Atletas trans e esportes

Os esportes são práticas sociais reconhecidas desde o início da sua história por serem demarcadores de gênero. Em diversas proporções e de diferentes maneiras, discussões que envolvem gênero fazem parte da história esportiva (GARCIA; PEREIRA, 2019). No mundo esportivo, as categorias de competições são divididas em masculinas e femininas, na maioria avassaladora dos esportes, considerando para isso o sexo biológico e demandando a categorização binária dos competidores (GRESPLAN; GOELLNER, 2014 b). Essa concepção binária do gênero atribui aos sujeitos características que supostamente são compartilhadas por todos (BENTO,2014). Ao adotar um campo de identidade, se pressupõe que essa pessoa deve seguir as regras, atendendo ao padrão e se desviando minimamente (LEON,2009).

Dentro desse espaço generificado, apesar de recentes, as discussões nos meio acadêmico sobre atletas trans começam a tomar delineamento, contudo, há registro de competições oficiais com a participação de pessoas trans a mais de quarenta anos, todavia, encontramos poucos materiais em periódicos científicos que abordem esses acontecimentos. O caso de maior repercussão encontrado em nosso levantamento, foi o da jogadora de tênis *Renée Richards*. De acordo com as pesquisas de Camargo (2018) e Pieper (2012), a tenista participou de torneios de tênis na categoria masculina antes da transição, após se identificar enquanto mulher, ela enfrentou batalhas judiciais e ganhou, garantindo o seu direito de participar de competições esportivas na categoria feminina no final dos anos setenta, se tornando a primeira mulher transexual na história da modalidade.

Em 2012 tivemos a primeira participação de uma atleta transexual nas lutas

profissionais de MMA (Mixed Martial Arts ou Artes Marciais Mistas), *Fallon Fox* (GRESPLAN; GOELNNER, 2014a). O que *Fallon e Renée* tem em comum, além de serem as primeiras mulheres trans representando seus respectivos esportes, é que ambas tiveram acesso a essas competições depois da cirurgia de transgenitalização.

As diretrizes mais recentes do COI, que versam sobre a participação de pessoas trans nas Olimpíadas, propostas em 2016 e 2021, retiram a obrigatoriedade da cirurgia de transgenitalização, desta forma, dissipa uma barreira de acesso e permite que mais atletas possam ter a possibilidade de participar dessa competição.

Realizando um levantamento de reportagens sobre o tema em um site esportivo, percebemos que houve um aumento no número de reportagens que falam sobre atletas transexuais a partir do ano de 2016, em especial do ano de 2017 em diante, ou seja, se as mudanças nas diretrizes do COI não tiveram impacto direto no número de atletas transexuais, pelo menos tiveram influência na divulgação dessas histórias na mídia. Analisando essas reportagens até o ano de 2019, conseguimos enumerar 21 atletas transexuais diferentes, sendo a maioria mulheres trans atletas de vôlei. Para Garcia(2020), o voleibol é o esporte com maior representação de atletas transexuais. Todavia, também encontramos atletas nos seguintes esportes: vôlei de praia; futsal; levantamento de peso; handebol; natação; atletismo; box; MMA e starcraft.

Esse levantamento colabora com a afirmação de Bento (2017) de que existe um número considerável de atletas trans que competem na categoria que se identificam, todavia, muitos ainda encontram resistência por parte das instituições em autorizar as suas participações. Apesar do COI reconhecer a legitimidade da participação de pessoas trans, outros documentos importantes como a Declaração Universal dos Direitos Humanos; a Constituição da República Federativa do Brasil e as normas e regimentos de confederações de diferentes esportes não deixam claro os direitos e deveres desse grupo, essa falta de clareza abre espaço para que a legitimidade das políticas inclusivas sejam questionadas (IWAMOTO, 2019).

Apesar dos avanços mencionados no que tange a legislação esportiva, e da maior participação e visibilidade de atletas trans nas competições, a resistência e oposição efetiva a participação desses atletas em categorias segundo a sua identidade de gênero vem despertando discursos de oposição em diferentes setores da sociedade. Tiffany Abreu, atleta trans de voleibol feminino, desde o início da sua

atuação profissional no Brasil na categoria vem sofrendo constantemente ataques e sendo submetida a questionamentos sobre a legitimidade de sua participação por atletas, torcedores e políticos. Os corpos que desviam do padrão binário imposto pela heteronormatividade constantemente são submetidos a opressão em virtude de heranças históricas baseadas na discriminação e na patologização (JESUS, 2013).

No cenário esportivo, uma atleta cujo posicionamento ganhou grande repercussão na mídia, foi Ana Paula Henkel, ex jogadora de vôlei, que se posicionou contra a participação de Tiffany Abreu nos jogos da superliga feminina. Em uma postagem em redes sociais, em linhas gerais, ela afirma que seu ponto de vista representa muitas atletas que não tem coragem de se pronunciar, mas que não concordam com a participação de atletas trans na categoria feminina por questões fisiológicas, alegando que as mulheres cis são mais fracas. O corpo trans ao desalinhar a ordem binária e desconstruir representações que normalizam os corpos, questiona o discurso dos saberes médicos sobre normalidade, por isso, muitas vezes é considerado impróprio para o espaço que ele reivindica (GRESPLAN; GOELNNER, 2014a; GARCIA; PEREIRA, 2019).

Outra fala que ganhou repercussão na mídia brasileira foi o do técnico de vôlei Bernardinho. Em um jogo da superliga feminina em que a equipe que ele era o técnico (SESC-RJ) perdeu para o time de Tiffany (SESI-BAURU), o mesmo alegou, após uma jogada da atleta, que ela era um homem, e foi flagrado pelas câmeras da TV. Após ter o vídeo divulgado e a repercussão do caso, o mesmo se desculpou alegando que tinha se referido ao gesto técnico e ao controle físico³. Os discursos de autoridades, inclusive esportivas, tendem a prestigiar os corpos inteligíveis e pôr a margem os corpos desviantes e ininteligíveis (CAMARGO; KESSLER, 2017).

No levantamento das reportagens em sites esportivos em que identificamos um aumento no número de publicações, também nos dedicamos a ler os comentários dos leitores nessas reportagens. Um número expressivo de comentaristas se posiciona contra a participação de pessoas trans nos esportes e utilizam argumentos pautados em uma ordem biologicista para tentar justificar sua opinião, como podemos ver no comentário abaixo retirado da reportagem de Botta (2018) para o site do Globo esporte:

“Este imbróglio ainda vai nos colocar em situação ruim perante ao mundo. Imagina se uma seleção se recusa a entrar na quadra, alegando que não joga contra homens. Vamos ser chacota no mundo todo. As entidades temem serem tachadas

de homofóbicas e aceitam qualquer coisa, isso nunca nem deveria estar em discussão, homem é homem e mulher é mulher, isso não se discute”

Os discursos dos leitores expostos nos comentários das reportagens evidenciam que “[...] a homofobia e a transfobia são facilmente referidas em situações nas quais a linearidade, corpo, gênero, sexo e desejo é desconstruída, seja no campo do esporte, seja fora dele” (GRESPLAN; GOELLNER, 2014 a, p.1279). A transfobia é “a aversão ou discriminação contra pessoas trans (transgêneros, transexuais ou travestis)” (GRESPLAN; GOELLNER, 2014 b, p.9), e é praticada em diversos níveis, que vão desde a privação de direitos fundamentais à violência física (como agressões e homicídios) pelo fato de serem trans (JESUS, 2013).

Uma outra esfera que tem demonstrado interesse sobre a legislação esportiva e tem buscado trazer para seu domínio discussões sobre a participação de pessoas transexuais em competições esportivas, é a classe política. Em agosto de 2023, na cidade de Boa Vista-RR, um projeto de lei que proibi a participação de atletas trans de acordo com a sua identidade de gênero foi aprovado. Na cidade de João Pessoa-PB, também tramita na câmara de vereadores um Projeto de Lei (1.147/2019) Municipal, que visa a proibição de pessoas trans de competir em categorias distintas do seu sexo biológico dentro do município.

As justificativas dos projetos acima mencionados se baseiam nas diferenças da constituição biológica entre pessoas cis e pessoas trans. Apesar das discussões baseadas no pressuposto de que as mulheres trans teriam algum tipo de vantagem física sobre as demais atletas, uma revisão sistemática feita por Jones et al. (2017), mostrou que ainda não há pesquisas consistentes e diretas que atestem que as pessoas trans tenham algum tipo de vantagem em competições esportivas baseada nas diferenças biológicas.

A participação das pessoas trans no cenário esportivo vem evoluindo com o passar dos anos, mas, ainda hoje, se mostra um campo enraizado de conflitos e preconceitos que parecem estar longe de serem resolvidos. Apesar da legalidade de participação, amparada por documentos como as diretrizes do COI ou as diretrizes específicas das confederações esportivas, as pessoas trans ainda tem a legitimidade constantemente questionada. Não corresponder aos ideais heteronormativos faz com que apesar de atender as regras exigidas, os corpos trans não sejam aceitos como sujeitos pertencentes aos espaços esportivos.

3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização da Pesquisa

A presente pesquisa se classifica, enquanto forma de abordagem, em qualitativa. Nessa ótica de se fazer pesquisa as realidades sociais são interpretadas (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2015) e as falas dos sujeitos envolvidos ganham protagonismo, aumentando a importância dessa alternativa metodológica no campo das ciências humanas e sociais e também na Educação Física (GOELLNER et al., 2010). Em relação aos objetivos, a pesquisa se classifica enquanto exploratória, por buscar familiaridade com o problema e torná-lo explícito (GIL, 2002).

3.2 Participantes da Pesquisa

Os participantes da pesquisa foram divididos em três grupos:

- 1) Atletas trans amadoras ou profissionais: 5 (5 atletas amadoras de voleibol)
- 2) Técnicos esportivos: 4
- 3) Fisiologistas: 4

O método de seleção amostral adotado para compor os grupos foi a referência em cadeia, também conhecido como amostra do tipo “bola de neve”. A referência em cadeia ocorre quando a partir de um contato já estabelecido, os participantes indicam outras pessoas que poderiam contribuir com o estudo (BERRIA et al., 2012).

Os primeiros participantes dos três grupos da pesquisa foram selecionados de maneira não probabilística por conveniência, após as suas participações na pesquisa, os mesmos foram solicitados a indicar outros dois participantes do seu mesmo grupo e seus respectivos contatos para dar prosseguimento a pesquisa. O procedimento finalizou quando os sujeitos indicados começam a se repetir e/ou o conteúdo das entrevistas começou a saturar.

3.3 Critérios de inclusão e exclusão

Grupo 1 (atletas transexuais profissionais e/ou amadores de diferentes modalidades): ser atleta profissional ou amador de alguma modalidade esportiva; se

identificar enquanto pessoa transexual e ter sido indicado por algum outro participante da pesquisa (exceto os dois primeiros selecionados de maneira não probabilista por conveniência).

Grupo 2 (técnicos (as) esportivos (as) de diferentes modalidades): ser técnico de alguma modalidade esportiva e ter sido indicado por algum participante da pesquisa do seu mesmo grupo (exceto os dois primeiros selecionados de maneira não probabilista por conveniência).

Grupo 3 (Fisiologistas): ser fisiologista e ter sido indicado por algum participante da pesquisa do seu mesmo grupo (exceto os dois primeiros selecionados de maneira não probabilista por conveniência).

Os participantes de todos os grupos serão excluídos da pesquisa caso deixem de responder a alguma pergunta da entrevista.

3.4 Instrumento de coleta de dados

Utilizamos a entrevista do tipo semiestruturada como instrumento para coleta dos dados, neste tipo de entrevista há perguntas previamente definidas, todavia, o pesquisador tem liberdade de explorar pontos não previstos que sejam relevantes ao estudo (NEGRINE, 2010). Foram produzidos roteiros diferentes, com base na literatura relacionada ao tema, e de acordo com o grupo que foi entrevistado.

3.5 Procedimentos de coleta de dados

O contato inicial com todos os participantes da pesquisa foi feito de forma virtual, ou pelo momento da pandemia da Covid-19 ou pela distância física. O primeiro contato se deu através de redes sociais, *instagram* ou *whatsapp*, neste momento os pesquisadores explicaram resumidamente o objetivo da pesquisa e agendaram a entrevista online ou presencial com todos que aceitaram dar prosseguimento. As entrevistas online foram feitas através de chamada de vídeo pelo Google Meet.

3.6 Análise dos dados

Para a análise dos dados, utilizamos a análise do discurso⁴, tendo em vista que “todo discurso é circunstancial e não ocorre em um vácuo social” (GILL, 2015, p. 249), quem produz a fala se posiciona socialmente. Essa perspectiva busca enfatizar a identificação e discussão de enunciados que compõem um determinado campo de acontecimentos e que funcionam como funções de existência, ou seja, determinam perspectivas de realidade (TEIXEIRA et al., 2015). Nos inspiramos nas obras de Foucault, *A ordem do discurso* e *a Arqueologia do saber* para definir a perspectiva de análise de discurso que adotamos.

Não existe uma metodologia de análise de discurso, mas, como o próprio Foucault (2008) enfatiza, o método vai sendo produzido de acordo com as necessidades do objeto e da maneira que os dados estão dispostos.

Iniciamos o processo realizando a transcrição das entrevistas, seguida da leitura atenta das transcrições. Realizamos uma primeira leitura a fim de ter maior familiaridade com o objeto. Na segunda leitura, buscamos identificar a partir dos discursos dos participantes da pesquisa, as formações discursivas, que são representadas pelas similaridades nos discursos, possíveis de serem identificadas quando o discurso se refere ao mesmo objeto em um campo de saber (FOUCAULT, 2013). Identificamos as formações discursivas quando conseguimos identificar através das leituras uma ordem e correlações.

Os discursos não são homogêneos, mas alguns jogos de poder podem se aproximar e se distanciar, considerando quem fala, de onde fala e quais as instituições que representa.

3.7 Considerações éticas

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas do Centro de Ciências da Saúde (CCS) pertencente à Universidade Federal da Paraíba (UFPB),

⁴ Reconhecemos que o uso da análise do discurso como caminho metodológico para poder analisar as narrativas dos participantes da pesquisa tem inspiração em Foucault. Todavia, seu uso está associado a compreender a formação discursiva sem se ater de maneira detalhada no modo como o filósofo utiliza a perspectiva da análise do discurso em sua obra.

segundo a Resolução Nº 466/13 do Conselho Nacional de Saúde, com aprovação e Registro no CEP/CCS/ UFPB e CAAE de número: 29725620.0.0000.5188. Todos os participantes foram informados previamente sobre os objetivos da pesquisa, após a sua autorização e assinatura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) é que a entrevista foi realizada.

4. RESULTADOS

A fim de responder aos objetivos específicos da pesquisa, construímos dois artigos originais. No primeiro artigo, o objetivo foi analisar as experiências de atletas trans no enfrentamento das barreiras encontradas nos espaços esportivos para serem aceitas como competidoras. Neste artigo buscamos identificar e analisar as dificuldades que as mulheres trans encontram e precisam enfrentar/ se sujeitar para participar de competições esportivas segundo sua identidade de gênero. O segundo artigo buscou analisar os discursos de fisiologistas e técnicos esportivos sobre a participação de pessoas trans no esporte. Neste segundo artigo, tentamos compreender a perspectiva das figuras que vivenciam o esporte sob uma perspectiva diferente dos atletas, mas que possuem importância na dinâmica esportiva. Deste modo, buscamos entender diferentes perspectivas sobre o fenômeno, a participação de pessoas trans no esporte, a fim de problematizar e ampliar as discussões sobre essa temática emergente, importante e necessária.

4.1 Artigo 1- As barreiras enfrentadas por atletas trans para participar de competições esportivas

AS BARREIRAS ENFRENTADAS POR ATLETAS TRANS PARA PARTICIPAR DE COMPETIÇÕES ESPORTIVAS

THE BARRIERS FACED BY TRANS ATHLETES TO PARTICIPATE IN SPORTS COMPETITIONS

SERRANO, J.L.S.
CAMINHA, I.de.O.

Resumo: O objetivo do estudo é analisar as experiências de atletas trans no enfrentamento das barreiras encontradas nos espaços esportivos para serem aceitas como competidoras. Participaram da pesquisa 5 atletas trans que praticam o voleibol e foram selecionadas através da referência em cadeia. Utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista do tipo semiestruturada, realizada através da plataforma *google meet*. Os discursos obtidos através das entrevistas foram analisados a partir de uma perspectiva de análise de discurso proposta por Foucault, tomando como base os conceitos trabalhados nas obras *A ordem do discurso* e *Arqueologia do saber*. Encontramos como as principais barreiras enfrentadas pelas atletas: resistência dos times adversários em aceitar jogar contra um time com atleta trans; a necessidade de participar de competições segundo o sexo biológico para praticar o voleibol; transfobia; e a falta de inclusão das organizações que estão à frente

dos campeonatos. Apesar das inúmeras barreiras, as atletas demonstraram resiliência, buscando resistir e perseverar na busca por seus direitos de participar das competições no gênero feminino, mesmo enfrentado transfobia em diferentes formas e proporções.

Palavras-chave: Transexualidade. Esporte. Atletas.

Abstract: This study aims to analyze the experiences of trans athletes in facing the barriers found in sports spaces to be accepted as competitors. Five trans athletes who play volleyball participated in the research and they were also selected through chain reference. We used a semi-structured interview as a data collection instrument, carried out through the *Google Meet* platform. The dialogues obtained through the interviews were discussed from a discourse analysis perspective proposed by Foucault, based on the concepts worked on in the works *The Order of Discourse* and *The Archeology of Knowledge*. We found the main barriers faced by the athletes: resistance from opposing teams to accept playing against a team with a trans athlete; the need to participate in competitions based on biological sex to play volleyball; transphobia; and the lack of inclusion of organizations that are in charge of the championships. Despite the numerous obstacles, the athletes demonstrated resilience, seeking to resist and persevere in the search for their rights to participate in female competitions, even though they face transphobia in different forms and proportions.

Keywords: Transsexuality. Sport. Athletes.

Introdução

As mudanças nas diretrizes do Comitê Olímpico Internacional (COI) em 2015, sobre as regras para a participação de pessoas trans nas Olimpíadas, apesar de gerar grandes polêmicas e debates, foi um marco importante de inclusão no meio esportivo (SERRANO, CAMINHA, SENA; 2017).

Antes de 2015, as pessoas trans, que são pessoas que demandam um reconhecimento social no gênero oposto ao do nascimento (BENTO,2014), que quisessem participar da competição, além de vários requisitos, tinham que ter realizado a cirurgia de transgenitalização, que atuou como uma linha de força de poder, um mecanismo disciplinar (FOUCAULT,2008), sendo fator crucial para a exclusão das pessoas trans desse cenário.

A partir das Olimpíadas de 2016, as novas diretrizes foram implantadas, tendo como o centro da orientação o controle das taxas de testosterona dos atletas. As mulheres trans deveriam manter a taxa de testosterona em até 10 nanomol por litro de sangue nos últimos 12 meses antes da competição, já os homens trans não tinham exigências hormonais a serem cumpridas. Apesar da nova diretriz tornar as exigências

mais passíveis de serem alcançadas, ainda funcionam como um mecanismo disciplinar que atua nos corpos trans.

No ano de 2021, o COI publicou uma nova reformulação nas suas diretrizes⁵ sobre a participação de pessoas trans nas Olimpíadas. Com essa nova diretriz, o COI adota uma postura que em primeiro plano visa ser inclusiva, valorizar a participação de todos os atletas em um ambiente seguro e acolhedor. Não há mais a necessidade de testes e níveis pré-determinados de testosterona, além disso, o documento dá liberdade para que as Federações Internacionais promovam o debate sobre o tema dentro de cada esporte, encorajando-as a priorizar a inclusão.

Apesar das novas diretrizes do COI serem pautadas em atitudes mais inclusivas e menos biologicistas, a Federação Internacional de Natação (FINA) e a Confederação Brasileira de Volei (CBV), publicaram novas diretrizes que consideram aspectos biológicos na avaliação da inclusão/exclusão dos atletas trans que reivindicam aquele espaço.

Os debates que envolvem a participação de pessoas trans em competições esportivas não é recente, mas, após as diretrizes do COI de 2015, eles se tornaram tema frequente de discussões em diferentes meios, especialmente porque, após a sua publicação, pudemos visualizar um número mais expressivo de atletas trans participando de diferentes competições esportivas.

As diretrizes que versam sobre a participação de atletas trans nas competições esportivas, hora funcionam como elemento inclusivo, hora como elemento excludente, aproximando e distanciando. A relação dos esportes com o gênero é superficial, muitas vezes inferiorizando e deslegitimando os corpos dissonantes que insistem em adentrar ao mundo viril e heteronormativo do esporte (CAMARGO; KESSLER, 2017).

Para fazer prevalecer e preservar esse enquadramento heteronormativo, a tendência das instituições é fortalecer discursos que revelem sentimentos de medo, temor, repugnância, ódio e preconceitos com relação às pessoas trans. Nesse caso, as pessoas trans ficam expostas às situações constrangedoras e repressoras. Existem casos de atletas trans que não conseguem ter acesso as competições esportivas apesar de atender as exigências das instituições⁶.

⁵ Para mais informações, ler reportagem "COI divulga nova diretriz para inclusão e elegibilidade de atletas transgêneros e intersexuais". Disponível em:< <https://ge.globo.com/olimpiadas/noticia/coi-divulga-nova-diretriz-para-inclusao-e-elegibilidade-de-atletas-transgeneros-e-intersexuais.ghtml>>

⁶ Ver a matéria do site da Uol: *Crossfit* proíbe transexual de competir entre mulheres e é processado.

Romper a barreira do heteronormativo e enfrentar os discursos institucionais dotados de biopoder (FOUCAULT, 2014), é um dos enfrentamentos que as atletas trans precisam transpor para ter acesso às competições esportivas, a partir desse cenário, o objetivo desse estudo é analisar as experiências pessoais de atletas trans nos enfrentamentos das barreiras encontradas nos espaços esportivos para serem aceitas como competidoras.

Metodologia

A presente pesquisa se classifica, enquanto forma de abordagem, em qualitativa. Nessa ótica de se fazer pesquisa as realidades sociais são interpretadas (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2015) e as falas dos sujeitos envolvidos ganham protagonismo, aumentando a importância dessa alternativa metodológica no campo das ciências humanas e sociais e também na Educação Física (GOELLNER et al., 2010). Em relação aos objetivos, a pesquisa se classifica enquanto exploratória, por buscar familiaridade com o problema e torná-lo explícito (GIL, 2002).

Participaram da pesquisa 5 mulheres trans atletas de voleibol que foram submetidas a uma entrevista do tipo semiestruturada, o uso desse instrumento se deu para que os pesquisadores pudessem vir a conhecer seu objeto de estudo a partir de relatos fornecidos por informantes (SIMON; FRANCISCHI; MORETTI PIRES, 2012).

A seleção das participantes da pesquisa foi através da referência em cadeia, foram selecionadas duas participantes de maneira não probabilística por conveniência, elas foram contactadas através do aplicativo *instagram*, foi enviada uma mensagem convidando-as a participar da pesquisa e explicando o objetivo dela, com a resposta positiva, o pesquisador marcou um momento online com cada participante através de videochamada no *Google Meet* para apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (via formulário no google docs), com o preenchimento do termo, deu-se início às entrevistas que tiveram seus respectivos áudios gravados para posterior transcrição. No fim da entrevista, cada participante foi solicitada a indicar mais dois nomes de possíveis participantes da pesquisa e seus respectivos contatos, formando assim a rede de participantes da pesquisa.

Para a análise dos dados, utilizamos a análise do discurso, tendo em vista que “todo discurso é circunstancial e não ocorre em um vácuo social” (GILL, 2015, p. 249), quem produz a fala se posiciona socialmente. Essa perspectiva busca enfatizar a

identificação e discussão de enunciados que compõem um determinado campo de acontecimentos e que funcionam como funções de existência, ou seja, determinam perspectivas de realidade (TEIXEIRA et al., 2015).

Nos inspiramos nas obras de Foucault, *A ordem do discurso e a Arqueologia do saber* para definir a perspectiva de análise de discurso que adotamos. Não existe uma metodologia de análise de discurso, mas, como o próprio Foucault (2008) enfatiza, o método vai sendo produzido de acordo com as necessidades do objeto e da maneira que os dados estão dispostos.

Iniciamos o processo realizando a transcrição das entrevistas, seguida da leitura atenta das transcrições. Realizamos uma primeira leitura a fim de ter maior familiaridade com o objeto. Na segunda leitura, buscamos identificar a partir dos discursos dos participantes da pesquisa, as formações discursivas, que são representadas pelas similaridades nos discursos, possíveis de serem identificadas quando o discurso se refere ao mesmo objeto em um campo de saber (FOUCAULT, 2013). Indicamos as formações discursivas quando conseguimos identificar através das leituras uma ordem e correlações.

Os discursos não são homogêneos, mas alguns jogos de poder podem se aproximar e se distanciar, considerando quem fala, de onde fala e quais as instituições que representa.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas do Centro de Ciências da Saúde (CCS) pertencente à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), seguindo a Resolução Nº 466/13 do Conselho Nacional de Saúde, com aprovação e Registro no CEP/CCS/ UFPB e CAAE de número: 29725620.0.0000.5188.

Resultados e Discussão

Após uma análise prévia, dividimos a discussão em tópicos visando facilitar a compreensão. Elencamos enquanto barreiras enfrentadas por atletas trans, a partir dos seus discursos, os seguintes pontos: jogar como pessoa trans: a resistência das instituições organizadoras e corpos transgressores e transfobia.

Jogar como pessoa trans: a resistência das instituições organizadoras

Um discurso constante na fala das atletas entrevistadas, é o fato de terem precisado em algum momento das suas vivências no voleibol enquanto mulher trans, jogar competições na categoria masculina.

Então a gente acabava jogando no time masculino mesmo, né! Porque era a única opção que a gente tinha se não quisesse abandonar o vôlei, você se incluir dentro do time masculino. (ATLETA 3)

O discurso das entrevistadas vai de encontro aos apontamentos de Garcia e Pereira (2020), as pessoas trans não são acolhidas em competições pautadas na ordem heteronormativa, que dividem as competições em masculinas e femininas, salvo quando essas pessoas se subordinam a participar renunciando a suas identificações.

Apesar de participarem, é possível identificar uma formação discursiva no discurso das entrevistadas, o descontentamento em precisarem ocupar esses espaços para poderem usufruir do direito a prática esportiva.

No começo do ano, né, mesmo eu fazendo toda minha parte de transição e tudo mais, eu participei de uma competição masculina, mas ainda não tava retificado meu nome, eu estava com meu nome antigo ainda, e foi a última competição que eu aceitei participar[...]. (ATLETA 2)

A atleta número 4 relata que foi convidada a participar de uma competição na categoria masculina para jogar na posição de líbero:

Não tinha mais condição de jogar atacando, então eu fiz, eu vou, mas eu vou como Líbero, e será minha despedida, porque como meu documento já vai sair, e como me apresento e já vivo eu não posso dar motivo para as pessoas falarem “ó, tá ali, finge que é mulher, mas tá jogando no meio dos meninos, como é isso?”

O estudo de Garcia (2020), realizado com outras atletas trans de voleibol, converge com o discurso das entrevistadas do presente estudo, a necessidade de participar de competições na categoria masculina, o constrangimento, e a ausência de pertencimento. O resultado encontrado no estudo de Garcia (2020) e os campos discursivos presentes no presente estudo, apontam para uma linha de poder presente nos discursos das atletas trans que buscam encontrar espaço nas competições de

voleibol, precisando se sujeitar a ignorar suas identificações para pertencer a esses locais.

A resistência dos espaços esportivos, considerando ilegítima a presença de atletas trans (CHAVES; ARAÚJO, 2015) colaboram para o seu assujeitamento, apesar do descontentamento. A atleta número 5 problematiza em sua fala a discussão de uma problemática mais complexa no que se refere ao local que elas devem ocupar nas competições.

Eles não me aceitam em campeonatos femininos e não me aceitam em masculinos porque dizem que eu sou uma mulher. Não tem como colocar uma mulher trans em tratamento hormonal numa liga masculina, porque eles não aceitam, por mais que a gente jogue bem, assim por mais que aconteça, eles ainda nos veem como uma mulher, para não jogar com homem, mas não nos vem como uma mulher para jogar com as mulheres, então tipo fica.. a gente fica no lado, assim no meio, sabe, não sabe para onde vai, não tem como jogar aí, não tem como jogar no masculino não, impossível.

Os corpos trans são marginalizados por não apresentarem a linearidade heteronormativa que a sociedade exige dos corpos (GRESPLAN; GOELLNER, 2014; PRADO; NOGUEIRA, 2018). Por não serem dotados dos elementos associados as normas biopolíticas, os corpos enquadrados nas liminaridades que ultrapassam o binarismo sexo-gênero, são descartados (FOULCAULT, 2014).

Uma das possíveis causas desse cenário, é uma das linhas de poder que se aproximam nos discursos das atletas: a resistências das instituições que organizam as competições em permitir a inclusão de atletas trans. Durante décadas foram criados obstáculos para a participação de atletas trans no esporte (RIOJA MARTÍNEZ; ESPARTERO-CASADO; TUERO-DEL-PRADO, 2023), mesmo o voleibol sendo o esporte com maior participação de atletas trans (GARCIA; 2020), as organizações ainda resistem.

É uma burocracia muito grande para a gente conseguir entrar em um campeonato de pessoas cisgêneras (ATLETA 1).

Aí todos foram contra, todos os técnicos foram contra, mas o organizador, ele foi um pouco mais, é... ele não quis me proibir, ai chegaram num acordo, “vamos fazer o seguinte, a gente deixa a (nome da entrevistada) jogar se ela jogar de líbero, porque jogar de líbero não exige tanta força e na cabeça deles, tinha essa diferença de forças (ATLETA 3).

Seu time tem uma trans? Então eu vou jogar no grupo dos técnicos e vou ver se eles aceitam. Aí o organizador joga no grupo aí todo mundo,

ah eu aceito, ah eu não aceito, eu acho injusto, eu acho...cada um tem sua opinião sobre isso. Aí chega, ah então não vai poder jogar, a maioria dos torneios aqui tá acontecendo muito isso, mesmo você estando com a sua documentação ok e estando com o exame, eles estão barrando, porque a maioria dos campeonatos amadores eles fazem pra receber, né, eles fazem o campeonato para ganhar, cada time paga a inscrição, ai tem campeonatos que trabalham com isso. Ai se dois times resolvem não entrar num campeonato porque tem uma trans, eles perdem“ (ATLETA 5).

O discurso dos técnicos aparece como fator crucial para a decisão das instituições organizadoras em permitirem a presença das atletas trans ou não e em quais condições. O estudo de Garcia e Pereira (2020), identificou que, a maioria dos discursos de técnicos, é contrário a participação de atletas trans nas competições femininas de voleibol, baseando seus discursos em justificativas biofisiológicas.

Posicionamentos como esses tentam lançar mão de questões fisiológicas, como nível de testosterona, para deslegitimar a participação das atletas (MACHADO, 2019). Se tratando de composição biofisiológica, Prado e Nogueira (2018) e Camargo e Kessler (2017), refletem sobre a variedade de composições nas mulheres cis, questionando a fisiologia enquanto discurso de verdade e, neste caso, a necessidade de considerar níveis hormonais e não somente identidades de gênero na separação das competições.

Corpos transgressores e transfobia

Quando as atletas conseguem chegar a participar de uma competição esportiva enquanto mulheres trans, não precisando se sujeitar a participar segundo o seu sexo biológico, e superando as imposições feitas pelas instituições organizadoras dos eventos, ainda sofrem pela resistência dos times adversários em jogar contra a equipe que tem uma atleta trans e/ou questionam o resultado dos jogos.

A atleta 5, relata que em um dos campeonatos que participou, as demais equipes não quiseram a participação da sua:

“[...] no último campeonato que eu participei, porque as pessoas ficavam, é... primeiro não quiseram jogar, a gente teve o primeiro jogo da chave, é... o time se recusou a jogar contra o meu time porque enfim, eu fazia parte do time, eu estava naquele time e o time adversário se recusou a jogar[...].”

[...]é... depois não tem argumento, né? Tiveram que jogar porque eles queriam me impugnar da competição, mas aí como não tem argumento

para me impugnar, já que eu estava dentro de tudo que a regra exigia, elas jogaram[...] (ATLETA 3)

Machado (2019) e Grespan e Goellner (2014) apontam que os argumentos utilizados para justificar a negação dos espaços esportivos por atletas trans são pautados em argumentos biológicos. Tais argumentos tem como objetivo desqualificar os atletas trans enquanto competidores por alegar a quebra do princípio da competição justa. A revisão sistemática feita por Jones *et al.* (2017), não identificou estudos consistentes que comprovem vantagens físicas para os atletas trans em competições esportivas. Ainda assim, o discurso que torna a testosterona como protagonista das vantagens biofisiológicas das pessoas trans é muito resistente, apesar de existirem inúmeros fatores que podem influenciar o desempenho esportivo (GARCIA; PEREIRA, 2021), a testosterona ainda figura como o principal dispositivo biomédico balizador da inclusão/exclusão. Isto se dá mesmo havendo ainda muitas coisas desconhecidas cientificamente quando o assunto está ligado a questões hormonais (SAFER, 2022).

Apesar do campo esportivo se apresentar como um ambiente hostil para corpos desviantes, duas linhas de poder presentes no discurso das entrevistadas se distanciam quando se trata de transfobia, que pode ser compreendida como formas de discriminação e violência contra pessoas trans (GRESPLAN; GOELLNER, 2014; JESUS, 2013).

A atleta 3 afirma que não sofreu transfobia enquanto atleta de voleibol, e que, ao invés disso, recebe amor. As equipes esportivas podem ser inclusivas e acolhedoras, mas também podem ser excludentes e transfóbicas (ARNOLD; CHAMBERS; PETRIE, 2023). Em oposição, a atleta número 5 relata que sofreu transfobia em diferentes níveis e de diferentes pessoas:

[...] Eu percebo isso pelas próprias atletas que "tão" em quadra, acontece pela torcida que tá fora, pelos técnicos que estão ali visualizando, que estão me enfrentando contra, é... inclusive sofri é... diversas agressões, "microagressões" e "macroagressões" no último campeonato que participei.

[...]A ouvir comentários diretamente, como erro de pronome de outras atletas. É... e vários outros tipos de questionamentos, vários tipos de transfobia direta.

Grespan e Goellner (2014) e Prado e Nogueira (2018), relatam em seus respectivos estudos a presença da transfobia direcionada aos corpos trans que ocupam os espaços esportivos, que figuram como locais inapropriados aos corpos transgressores das normas biopolíticas. A transfobia, quase sempre, é uma consequência aos corpos que resistem e desestabilizam os dispositivos biomédicos.

Apesar da busca nas bases de pesquisa científica por informações que pudessem se aproximar do discurso da atleta 3, a literatura nos leva ao oposto, reafirmando a homogeneidade do discurso transfóbico no universo esportivo. Quando há o posicionamento favorável a participação das atletas, como identificado na pesquisa de Garcia e Pereira (2020), ele é marcado por um discurso cauteloso.

Considerações Finais

Apesar dos avanços ocorridos nos últimos anos na tentativa de tornar o esporte um local mais inclusivo, a efetiva participação de pessoas trans ainda é marcada por resistência e transfobia.

As atletas de voleibol que contribuíram com esta pesquisa enfrentaram/enfrentam barreiras para conquistar seu espaço e permanecer nele. Os argumentos biomédicos figuram como protagonistas, sendo utilizados para justificar a resistência dos times adversários em jogar e das instituições organizadoras em permitir a participação das atletas, como consequência, elas além de se sujeitarem a jogar na categoria masculina, sofrem transfobia em diferentes níveis por requererem esses espaços.

O esporte historicamente é um espaço marcado pela força do binômio do gênero, apesar do voleibol ser um esporte com um número mais expressivo de atletas trans, ele está longe de ser considerado um ambiente acolhedor e inclusivo. Buscar esses espaços apesar da transfobia e da rede de resistência e oposição, aponta como característica inerente as atletas a resiliência na busca por pertencimento e aceitação dentro das competições esportivas.

Referências

ARNOLD. M.L.; CHAMBERS, K.; PETRIE, T.A. NCAA coaches' perceptions of the inclusion of transgender athletes: a qualitative analysis. **Sport, Educations and Society**, 2023. p.1-17. Disponível em:< <https://www->

tandfonline.ez291.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1080/17511321.2020.1856915?src=recsys>. Acesso em: 07. abr. 2024.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 2º ed. Natal: EDUFRN, 2014.

BAUER, M.W.; GASKEL, G.; ALLUM, N.C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

CAMARGO, W.X.de.; KESSLER, C.S. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 191-225, jan./abr. 2017.

CHAVES, P.N; ARAÚJO, A.C.de. Pensando o corpo travestido e transexualizado no esporte: uma análise da película Beautiful Boxer. **Motrivivência**.v.7, n. 45, p. 219-229, set. 2015.

DO PRADO, V. M.; NOGUEIRA, A. L. G. A. Transexualidade e esporte: o caso Tiffany Abreu em “jogo”. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 60–72, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/8055>. Acesso em: 26 abr. 2023.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GARCIA, R.M. Resistência trans no voleibol feminino paranaense. **REBEH**. v.3, n.2, Out-Dez, 2020. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>>. Acesso em: 20 abr.2023.

GARCIA, R. M.; PEREIRA, E. G. B. A opinião de atletas e treinadores de voleibol sobre a participação de mulheres trans. **Movimento**, v. 26, p. e 26068, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/101993>. Acesso em: 30 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.101993>

GARCIA, R. M.; PEREIRA, E. G. B. . As recomendações para a participação de atletas transgênero no esporte. **Revista Motrivivência**, v. 33, p. 1-20, 2021.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**.4ºed. São Paulo: Atlas, 2002.

- GILL, R. Análise do discurso. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- GOELLNER, S.V. et al. Pesquisa qualitativa na educação física brasileira: marco teórico e modos de usar. **R. da Educação Física/UEM**. Maringá, v. 21, n. 3, p. 381-410, jun./ago. 2010.
- GRESPLAN, C. L.; GOELLNER, S. V. Fallon Fox: Um corpo queer no octógono. **Movimento**. Porto Alegre, v. 20, n. 4, 2014a, p. 1265-1282.
- JESUS, J. G. D. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, v. 16, n. 2, p. 101-123, 2013.
- JONES, B. A. et al. Sport and Transgender People: A Systematic Review of the Literature Relating to Sport Participation and Competitive Sport Policies. **Sports Medicine**. Auckland, v. 47, p. 701-717, Out. 2016.
- MACHADO, A.C.A.R. Alguns apontamentos sobre diversidade de gênero nos esportes. **RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara**, v. 1, n. 2, set./dez. 2019. ISSN 2674-9270. Disponível em: <http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital>
- RIOJA MARTÍNEZ, R.; ESPARTERO-CASADO, J.; TUERO-DEL-PRADO, C. E. Identificação de barreiras na prática do esporte pela comunidade transgênero. **Movimento**, [S. l.], v. 29, p. e29067, 2023. DOI: 10.22456/1982-8918.126264. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/126264>. Acesso em: 6 abr. 2024.
- SAFER, J.D. Fairness for Transgender People in Sport, **Journal of the Endocrine Society**, v.6, n. 5, mai. 2022.
- SERRANO, J.L.; CAMINHA, I.O.; SENA, I.G. Transexualidade e educação física: Uma revisão sistemática em periódicos das ciências da saúde. **Movimento**. Porto Alegre, v.23,n.3, p.1119 1132, jul./set., 2017.
- SIMON, H. S.; FRANCISCHI, V. G.; MORETTI-PIRES, R. O. Pesquisa Fenomenológica. In: SARAY, G.D.; MORETTI-PIRES, R. O. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa aplicada à Educação Física**. Florianópolis, SC: Ed. Tribo da Ilha, p. 69-79, 2011.
- TEIXEIRA, F.L.; DECUSSATTI, D.; SILVA, R. de C.; CAMINHA, I.O. Biopolítica e rejuvenescimento: uma revisão sistemática sobre os discursos científicos na educação física. **Pensar a Prática**, v. 18, n. 4, 18 dez. 2015.

4.2 Artigo 2- A participação de atletas trans em competições esportivas: os discursos de técnicos e fisiologistas

A PARTICIPAÇÃO DE ATLETAS TRANS EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS: OS DISCURSOS DE TÉCNICOS E FISIOLÓGISTAS

THE PARTICIPATION OF TRANS ATHLETES IN SPORTS COMPETITIONS: THE SPEECHES OF COACHES AND PHYSIOLOGISTS

SERRANO, J.L
CAMINHA, I.O

Resumo

Considerando que o poder dos discursos vem das pessoas, o objetivo desse estudo é analisar os discursos de fisiologistas e técnicos esportivos sobre a participação de pessoas trans no esporte. Participaram da pesquisa 4 técnicos esportivos e 4 fisiologistas. Utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista do tipo semiestruturada, realizada através da plataforma *google meet*. Os discursos obtidos através das entrevistas foram analisados a partir da perspectiva de análise de discurso proposta por Foucault, tomando como base os conceitos trabalhados nas obras *A ordem do discurso* e *Arqueologia do saber*. Não há um consenso no discurso dos entrevistados sobre concordar com a participação de atletas trans nas competições esportivas. Os discursos favoráveis são cautelosos e possuem aspectos biológicos em suas justificativas. O lugar dos corpos trans no esporte, na visão dos entrevistados, é de separação ou de rejeição, sendo a criação de uma terceira categoria, a alternativa mais recorrente sobre o lugar que esses corpos devem ocupar.

Palavras-chave: Esporte. Competições. Transexualidade.

Abstract

Considering that the power of speeches comes from people, the objective of this study is to analyze the speeches of physiologists and sports coaches about the participation of trans people in sport. Four sports coaches and four physiologists participated in the research. It was used a semi-structured interview as a data collection instrument, carried out through the Google Meet platform. The speeches obtained through the interviews were analyzed from the perspective of discourse analysis proposed by Foucault, based on the concepts worked on in the works *The Order of Discourse and the Archeology of Knowledge*. There is no consensus in the interviewees' speech about agreeing with the participation of trans athletes in sports competitions. Favorable speeches are cautious and have biological aspects in their justifications. In the view of those interviewed, the place of trans bodies in sport is one of separation or rejection, with the creation of a third category being the most recurrent alternative regarding the place these bodies should occupy.

Keywords: Sport. Competitions. Transsexuality.

Introdução

A partir das diretrizes publicadas pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) em 2015, o corpo trans passou a ser pauta frequente de discussões no meio esportivo e fora dele. Uma pessoa trans é aquela que não se identifica com a associação entre sexo e gênero determinada no nascimento e busca um reconhecimento social divergente do que a sociedade heteronormativa espera (BENTO, 2014), diferente das pessoas cis, cujo gênero corresponde ao sexo biológico e atende as demandas sociais associadas ao sexo (JESUS, 2012).

No cenário Brasileiro, o ano de 2017 marca o início de discussões mais frequentes sobre a participação de pessoas trans no esporte, em especial, no esporte de alto rendimento. O interesse maior sobre a temática se deu com o início da atuação da jogadora Tiffany Abreu pelo time do Osasco na Super Liga de vôlei feminina.

O corpo trans ganhou protagonismo nas discussões esportivas nos últimos anos por desestabilizar a categorização adotada pelo esporte. As competições esportivas pregam, como um dos seus princípios, a isonomia entre os competidores, para isso, categoriza as competições em masculinas e femininas, considerando os aspectos biológicos (SANT'ANA, 2022).

Em agosto de 2023, a Federação Internacional de Xadrez, mudou as regras das suas competições e passou a proibir a participação de mulheres trans sem dar justificativas para a decisão, apenas alegando que a mudança de sexo tem impactos negativos no estatuto de uma jogadora e sua elegibilidade para torneios. Além disso, caso algum atleta decida passar pela transição masculino-feminino, perderá todos os seus títulos conquistados enquanto homem. O xadrez é um esporte que utiliza estratégia e faz uso de habilidades cognitivas para produzir suas jogadas e conseguir vencer os oponentes (CARNEIRO; COELHO, 2020).

Um esporte que não têm contato, nem faz uso de força física, e, ainda assim, decide reforçar as barreiras de segregação do esporte com pessoas trans, nos levam a refletir se o ápice das discussões e argumentos, de fato, é a busca pela isonomia. Por não ter contato físico, o xadrez poderia representar uma maior equidade entre os participantes, mas, é um esporte, representado em sua maioria, por homens (DOURADO; TRIVILIN, 2020), aparentemente, nem as mulheres cis possuem um espaço no xadrez.

As normas não têm como objetivo apenas garantir a equidade, mas buscam definir e restringir como os corpos devem vivenciar o esporte de rendimento. Para Pires (2016, p.220):

“[...] querem demarcar quais corpos masculinos e femininos podem ser elegíveis em competições esportivas a partir de critérios que são mais morais e sociais do que aceções puramente biológicas sobre o dimorfismo sexual e suas capacidades de rendimento esportivo.

Em uma rápida busca no *google*, conseguimos encontrar um número expressivo de reportagens que tratam sobre o posicionamento de atletas, técnicos, médicos e fisiologistas sobre o ingresso das pessoas trans ao esporte de alto rendimento. O texto de Laguna (2019), publicado na revista *Veja*, pode ser considerado como um exemplo representativo dessas reportagens, que busca a visão do discurso médico para tentar compreender e explicar/questionar a presença desses corpos desviantes do padrão heteronormativo. Os discursos médicos são discursos institucionalizados dotados de biopoder, que enquadram as pessoas em categorias (FOUCAULT, 2014).

Com o intuito de ampliar as discussões sobre atletas trans e esportes, e, considerando o poder atribuído ao discurso biologicista, esse artigo tem como objetivo analisar os discursos de fisiologistas e técnicos esportivos sobre a participação de pessoas trans no esporte.

Metodologia

A presente pesquisa se classifica, enquanto forma de abordagem, em qualitativa. Nessa ótica de se fazer pesquisa as realidades sociais são interpretadas (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2015) e as falas dos sujeitos envolvidos ganham protagonismo, aumentando a importância dessa alternativa metodológica no campo das ciências humanas e sociais e também na Educação Física (GOELLNER et al., 2010). Em relação aos objetivos, a pesquisa se classifica enquanto exploratória, por buscar familiaridade com o problema e torná-lo explícito (GIL, 2002).

Participaram da pesquisa 8 pessoas, sendo 4 técnicos esportivos e 4 fisiologistas; que foram submetidos a uma entrevista do tipo semiestruturada, o uso desse instrumento se deu para que os pesquisadores pudessem vir a conhecer seu

objeto de estudo a partir de relatos fornecidos por informantes (SIMON; FRANCISCHI; MORETTI PIRES, 2012).

A seleção dos participantes da pesquisa foi através da referência em cadeia, foram selecionadas dois participantes de maneira não probabilística por conveniência, eles foram contactadas através do aplicativo *instagram* ou *whatsapp*, foi enviada uma mensagem convidando-as a participar da pesquisa e explicando o objetivo dela, com a resposta positiva, o pesquisador marcou um momento online ou presencial, a depender da disponibilidade dos mesmos, através de videochamada no *Google Meet* ou em um local mais conveniente para entrevistado e entrevistador, para apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, com o preenchimento do termo, deu-se início as entrevistas que tiveram seus respectivos áudios gravados para posterior transcrição. No fim da entrevista, cada participante foi solicitado a indicar mais dois nomes de possíveis participantes da pesquisa e seus respectivos contatos, formando assim a rede de participantes da pesquisa.

Para a análise dos dados, utilizamos a análise do discurso, tendo em vista que “todo discurso é circunstancial e não ocorre em um vácuo social” (GILL, 2015, p. 249), quem produz a fala se posiciona socialmente. Essa perspectiva busca enfatizar a identificação e discussão de enunciados que compõem um determinado campo de acontecimentos e que funcionam como funções de existência, ou seja, determinam perspectivas de realidade (TEIXEIRA et al., 2015).

Nos inspiramos nas obras de Foucault, *A ordem do discurso* e *a Arqueologia do saber*, para definir a perspectiva de análise de discurso que adotamos. Não existe uma metodologia de análise de discurso, mas, como o próprio Foucault (2008) enfatiza, o método vai sendo produzido de acordo com as necessidades do objeto e da maneira que os dados estão dispostos.

Iniciamos o processo realizando a transcrição das entrevistas, seguida da leitura atenta das transcrições. Realizamos uma primeira leitura a fim de ter maior familiaridade com o objeto. Na segunda leitura, buscamos identificar a partir dos discursos dos participantes da pesquisa, as formações discursivas, que são representadas pelas similaridades nos discursos, possíveis de serem identificadas quando o discurso se refere ao mesmo objeto em um campo de saber (FOUCAULT, 2013). Identificamos as formações discursivas quando conseguimos identificar através das leituras uma ordem e correlações.

Os discursos não são homogêneos, mas alguns jogos de poder podem se

aproximar e se distanciar, considerando quem fala, de onde fala e quais as instituições que representa.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas do Centro de Ciências da Saúde (CCS) pertencente à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), seguindo a Resolução Nº 466/13 do Conselho Nacional de Saúde, com aprovação e Registro no CEP/CCS/ UFPB e CAAE de número: 29725620.0.0000.5188.

Resultados e Discussões

A partir dos discursos dos participantes da pesquisa, considerando as regularidades e as dispersões enunciativas, elencamos duas categorias de análise: direitos sociais, biologia à parte e o lugar dos corpos transgressores no esporte.

Direitos sociais, biologia à parte

Quando indagados sobre as suas respectivas opiniões em relação a participação de pessoas trans nos esportes, os discursos dos técnicos entrevistados se dividem, de maneira igualitária, em a favor e contrários.

Bom, não sei se é socialmente falando, eu não tenho nada contra de acontecer essa situação, de uma pessoa do sexo feminino jogar no naipe masculino se assim ela se identificar como sendo do gênero masculino e vice-versa. O que me preocupa é... existe as questões sociais, mas existe as questões de vantagem a respeito dos aspectos fisiológicos e físicos. (TÉCNICO 2).

Dentro da perspectiva de que houve essa alteração, eu acredito que se seguir as recomendações dos níveis de testosterona, dos 10 meses ininterruptos com os níveis.. aqueles níveis adequados, eu não vejo problema nenhum (TÉCNICO 4).

Nas falas acima, identificamos o posicionamento a favor dos entrevistados, um elemento em comum, presente nos discursos dos dois, é que eles não afirmam categoricamente o seu posicionamento como afirmativo, mas utilizam expressões como “não tenho nada contra” e “eu não vejo problema nenhum”. Essa é uma regularidade enunciativa presente nos discursos, e que se aproxima dos resultados encontrados na pesquisa de Garcia e Pereira (2020), que menciona o discurso cauteloso das pessoas que se mostram a favor da participação das pessoas trans em competições esportivas.

Eu acredito que correspondente ao naipe, acontece uma certa desvantagem, em termo de potência de jogo, então, eu não sou muito de acordo não (TÉCNICO 1).

Garcia e Pereira (2020) identificaram também no seu estudo que os técnicos, em sua maioria, têm discursos contrários a participação de atletas trans no esporte, baseando suas justificativas em aspectos fisiológicos, como acontece com o técnico 1. O estudo de Arnold, Chambers e Petrie (2023), também ressalta esses achados, indicando que os técnicos afirmam que a inclusão da mulher trans prejudica a mulher cis. Os posicionamentos pautados na biologia são utilizados para atribuir um teor científico e neutro aos discursos, que independente da intenção, são marcados por motivações políticas ao tentar manter uma linha rígida e fixa nos termos que definem o que é ser homem e o que é ser mulher (VIEIRA, JUSTO, SOUZA, 2022).

Eu ainda acho que não, não é falando que eu sou contra a ideologia de gênero, nada, longe disso. Não é uma decisão fácil, mas, no momento, até que me prove ser cientificamente o contrário, que não tem ganho para o atleta (TÉCNICO 3).

O técnico 3 é contra a participação de pessoas trans nas competições esportivas e utiliza em seu discurso o termo “ideologia de gênero”. Esse termo é comumente utilizado em discursos que se posicionam contra a ocupação de espaços esportivos por pessoas trans. Isto se deve porque a “ideologia de gênero” é um dispositivo retórico utilizado inicialmente por denominações religiosas, que se apoia em preceitos doutrinários e, tem como objetivo ir contra a debates públicos que tenham pautas relacionadas a gênero e sexualidade (LIONÇO et al., 2018).

O estudo de Arnold, Chambers e Petrie (2023) discute como o posicionamento do técnico diante da presença de um atleta trans reflete na postura da equipe, através deles o bem-estar dos atletas trans pode ser melhorado ou piorado. Participar de uma equipe segundo sua identidade de gênero já é um desafio, quando o condutor dessa equipe se mostra desfavorável, o processo pode ser ainda mais desafiador.

Um reforço ao discurso resistente das instituições e dos atores sociais envolvidos no esporte, é o discurso político, que lança mão de leis para proibir a presença das pessoas trans nos esportes. Para Preciado (2018, p. 84):

Esse regime biopolítico, que usa o sexo, a sexualidade e a identidade sexual como centro somático-político para a produção e governo da

subjetividade. Para a sexo-política do século XIX, o corpo heterossexual é o artefato que vai alicerçar o maior sucesso do governo.

Apesar do avanço dos anos e da mudança de século, o corpo heterossexual ainda é almejado dentro dessa configuração política. Pinto (2023) aponta em sua pesquisa projetos de Lei que buscam proibir a participação de pessoas trans, utilizando critérios biológicos como os únicos a serem considerados para balizar a participação no esporte.

No dia 09 de agosto de 2023, um projeto se efetivou enquanto lei Municipal em Boa Vista-RR, proibindo a participação de atletas trans nas competições, a lei faz uso de argumentos biológicos e informações infundadas na tentativa de se justificar (LEITÃO, 2023). Projetos de Lei e Lei como essas asseguram de maneira precipitada que existem vantagens físicas, pautadas em aspectos biológicos, todavia, não há um consenso no meio científico para definir o que pode ser considerado vantagem ou não no esporte (GARCIA; PEREIRA, 2020). Esses espaços têm se organizado pelo poder do discurso biologicista, pautado pela heterocisnormatividade.

Os discursos dos fisiologistas se assemelham aos discursos dos técnicos, usando argumentos biológicos para justificar seus posicionamentos, que se baseiam, na superioridade física do homem em relação a mulher com base nas diferenças sexuais (VIEIRA, JUSTO, SOUZA, 2022). Os discursos de autoridades tendem a valorizar os corpos inteligíveis e desvalorizar os corpos transgressores (CAMARGO; KESSLER, 2017).

Do ponto de vista do rendimento esportivo, eu acho que pode ter vantagens. Então eu acredito que um homem trans que se converta para mulher; dependendo de como isso foi feito, de talvez quando isso foi feito, mas acredito que a diferença de massa corporal, massa muscular, possa ter vantagens, né? De não só massa muscular, mas também algumas variáveis no homem, como débito cardíaco, o volume respiratório e a própria massa, eu acho que podem gerar, quer dizer, eu acho não, na minha experiência podem inferir em vantagens para essa pessoa (FISIOLOGISTA 1).

Jones et al. (2017) não identificaram em sua revisão sistemática a presença de pesquisas consistentes que afirmem haver vantagens para as pessoas trans em competições esportivas, com base nas diferenças biológicas. Uma revisão científica desenvolvida pelo Centro de Ética no Esporte no Canadá em 2023, estudou a literatura científica disponível em língua inglesa de 2011 a 2021 que versavam sobre

a participação de mulheres trans no esporte de elite, e apontou que fatores fisiológicos, como tamanho do pulmão e densidade óssea não se correlacionam com vantagens competitivas.

Então, aí do ponto de vista social, o direito social a participar do esporte, claro que sim. Agora existe algumas questões biológicas, não sei se você vai entrar nesse aspecto, que merecem discussão. O músculo dela tem uma memória muscular masculina durante anos e anos de vida. Então pode ser que apenas um tratamento hormonal e talvez cirúrgico não seja suficiente para lhe dar total característica feminina, ela pode carregar na memória muscular, isso é uma coisa que se explica geneticamente, não vou explicar aqui no caso da memória genética, mas ela carregar uma memória genética de ganho mais rápido de força quando treina, então pra mim o que precisa ainda ser debatido é essa questão (FISIOLOGISTA 2)

Eu confesso que assim, eu tenho uma opinião e considero ela meio divergente. Porque, assim, eu entendo pela questão social, pela questão da representatividade que é importante a participação, mas pela questão biológica minha opinião muda um pouco. Assim, eu tenho uma opinião conflitante em relação a isso, porque de fato, se você considerar assim, por exemplo, uma mulher trans que iniciou e começou a fazer a mudança, toda essa questão hormonal um pouco mais tardiamente, pela questão física ela tem uma certa vantagem com relação as mulheres Cis (FISIOLOGISTA 3).

Os discursos indicados acima possuem uma regularidade enunciativa, a presença dos aspectos sociais. Apesar de reconhecerem a importância social da participação de pessoas trans no esporte, o local de fala deles, que enquanto fisiologistas se dedicam a compreender o funcionamento do corpo sob o aspecto fisiológico, lançam mão do conhecimento técnico-biológico para justificarem suas respostas. Os argumentos de caráter biológico sempre se sobrepõem aos demais (ZOBOLI, SALIBA MANSKE, GASKE, 2021).

A presença dos fatores hormonais nos discursos, também é outra linha de força que se aproxima, sugerindo que, por as mulheres trans terem passado parte da vida com a produção de testosterona associada biologicamente ao masculino, elas teriam vantagem físicas, especialmente na força. Para Safer (2022), algumas características físicas relacionadas a presença hormonal durante a puberdade não podem ser alteradas com mudanças de níveis hormonais ao longo da vida, todavia, a massa muscular, a distribuição de gordura, e os glóbulos vermelhos, estão entre os aspectos físicos que se relacionam com os níveis atuais de testosterona de uma pessoa, sendo passíveis de mudanças de acordo com os níveis hormonais.

O estudo de *Nahon et al. (2021)* identificou que a terapia hormonal cruzada provocou um aumento na força dos homens trans que se submeteram a terapia e, uma diminuição na força das mulheres trans que realizaram a terapia. O estudo desenvolvido pelo CCEs (2021) também identificou que a testosterona não prediz o desempenho esportivo. Cabe salientar que ambas as revisões apontam a necessidade de se desenvolver estudos mais específicos, com atletas trans de alto rendimento.

Associar desvantagens físicas às mulheres quando comparadas a homens cis ou mulheres trans, que foram associadas biologicamente ao masculino, reforçam os ideais de padrões hegemônicos de superioridade masculina (ARNOLD; CHAMBERS; PETRIE, 2023).

O “lugar” dos corpos transgressores no esporte

Considerando as constantes críticas as diretrizes do COI, a de 2015 e a de 2021, os diferentes posicionamentos dos órgãos responsáveis pelos esportes, como a FINA (Federação Internacional de Natação) e a CBV (Confederação Brasileira de Vôlei), perguntamos aos participantes da pesquisa, qual seria, na opinião deles, a forma mais adequada de organizar as competições, considerando as vivências trans.

Uma linha de força no posicionamento dos entrevistados, representado aqui pelas falas dos fisiologistas A, B e D, é a possibilidade de criar uma terceira categoria, uma categoria trans, que abarcasse as pessoas que desviam do padrão biológico adotado pelo esporte, masculino e feminino. O estudo de Arnold, Chambers e Petrie (2023) colabora com esse achado.

Não é uma coisa excludente, sabe? Mas acho que seria uma categoria a parte. É uma questão difícil essa, por que existem esportes coletivos, e normalmente a gente fala em feminino e masculino, eu não sei ao certo como incluir esse público nos esportes (FISIOLOGISTA A)

Quem é biologicamente mulher e migrou para o estado hormonal biológico de homem, tá tudo resolvido, não tem problema nenhum, agora quem é biologicamente homem e virou mulher eu acho que precisa ainda se investigar mais, pode acontecer que futuramente seja comprovado que a mulher, o homem que virou mulher, não sei se o termo de falar

é esse tá entendendo, tenha vantagem, traga consigo uma vantagem quando jogar contra mulheres(FISIOLOGISTA B)

Não, veja só, a gente como esporte não teria isso como uma exclusão, trataria como obediência as regras, qual a regra básica do esporte? Atletas não devem ter vantagem sobre outros. Entendeu? Então se um atleta biologicamente estava levando vantagem, um ex homem tá levando vantagem em disputar com mulher, ele não pode disputar com mulher, mas isso não tem nada a ver com transexualidade, só pra mostrar pra você a premissa do esporte é fazer com o que jogo seja disputado justamente, ou seja, sem ninguém levar vantagem com ninguém(FISIOLOGISTA B)

Eu acho que a forma mais justa de competição seria um pouco utópica, mas dividir pelas características gerais, por exemplo, homens com homens, mulheres com mulheres, pessoas que se identificam como mulheres mas que tem níveis X contra pessoas que tem mesmas características e assim sucessivamente. Mas eu entendo que por enquanto seria utópico (FISIOLOGISTA D)

Foucault (2012) ressalta que a separação e a rejeição são princípios de exclusão do discurso. No cenário esportivo atual, criar uma categoria destinada a pessoa trans produz efeito semelhante ao de proibir sua participação, tendo em vista que não há na atualidade um quantitativo significativo de atletas trans, especialmente de alto rendimento, que consigam montar equipes ou competir entre si em uma competição.

Eu acho que a forma mais justa é a tradicional, que já vem acontecendo, que é o naipe feminino, e as mulheres jogam no feminino, e os homens jogariam no seu naipe masculino, com a sua naturalidade, não sei se a palavra correta seria essa, naturalidade, mas, a sua naturalidade de nascimento, acho que é assim (TÉCNICO A)

A fala do técnico A representa os entrevistados que acreditam que a divisão em masculino e feminino, segundo critérios biológicos, é a mais adequada e que a deve prevalecer. Recentemente, após as novas diretrizes do COI publicadas em 2021, que permitem que as federações estabeleçam suas diretrizes próprias de acordo com as especificidades de cada esporte, algumas federações, como a FINA (Federação Internacional de Natação); a Federação Internacional de Atletismo e a UCI (União Internacional de Ciclistas), proibiram a participação de mulheres trans em suas competições. O argumento utilizado para a proibição é de que as mulheres trans possuem vantagens em relação as mulheres cis, quebrando o princípio de isonomia do esporte. As diretrizes que versam sobre a participação de pessoas trans nos

esportes estão pautadas mais em decisões baseadas no medo de consequências negativas do que em evidências científicas de qualidade.

Cabe ressaltar, ainda na fala do fisiologista B, sobre a real preocupação com o princípio da isonomia, tão levantado e discutido quando o corpo da mulher trans se encontra em destaque no esporte. Quando ele diz que, “Quem é biologicamente mulher e migrou para o estado hormonal biológico de homem, tá tudo resolvido, não tem problema nenhum”, parece haver uma contradição na sua fala.

Se for considerar que mesmo a mulher trans passando pela terapia hormonal ainda possui características físicas inerentes ao componente biológico do seu corpo que podem potencializar seu desempenho e trazer vantagens esportivas frente as mulheres cis, é justo pensar que, os homens trans, mesmo passando pela terapia hormonal, ainda possuem características físicas inerentes ao componente biológico que podem trazer desvantagens frente a disputas com homens cis. Todavia, nesse momento, parece que o princípio da isonomia no esporte perde a importância que tem no discurso inverso. O foco da discussão e as preocupações sobre a equidade no esporte é sempre com a mulher trans (SAFER, 2022). “[...]Hormônios e órgãos masculinos e femininos não tem o mesmo valor biopolítico” (PRECIADO, 2018, p.183).

Eu te diria que essa segregação em masculino e feminino, eu não acho errado, porém respeitando e havendo regulamentações para que ninguém saia prejudicado ou beneficiado, eu não vejo problema nenhum em haver mudanças (TÉCNICO B)

Enquanto não tiver algo mais, se tiver provado que isso não vai ter ganhos e sobressair perante as demais atletas de gênero, por exemplo, do gênero feminino, aí eu acho que deveria ser liberado, mas enquanto não tiver estudos mais aprofundados de pesquisas pra mostrar que aquela pessoa, então ele tem que jogar dentro do seu gênero, se for masculino jogar no masculino, se for feminino (TÉCNICO C)

Os participantes que se posicionam a favor, como o técnico B, alegam que é necessário a existência de regulamentações que garantam a equidade. Já o técnico C, se posiciona ser contrário e afirma que é necessário provas de que as pessoas trans não terão vantagens.

Ballantine; Kayser e Grootegoed (2012) já mencionaram, desde 2012, sobre a importância de existir novas diretrizes que possam elencar outros fatores para a elegibilidade de atletas participarem de competições no gênero que ele se identifica, com o auxílio e contribuição de especialistas de diferentes áreas da saúde e esportiva

para realizar um processo ético, respeitando a identidade de gênero dos atletas. Entretanto, como vemos no estudo de Arnold, Chambers e Petrie (2023), parece ser uma tendência mundial a restrição ou proibição de atletas trans em competições esportivas, mesmo sem suporte científico adequado. Parece não haver um interesse nas ciências da saúde em desenvolver estudos mais aprofundados e específicos que tenham a possibilidade de “provar” que a presença do corpo trans no esporte é viável.

Considerações finais

Com base na premissa fisiológica, que pressupõe que o corpo biologicamente associado ao masculino tem mais força do que o feminino, por possuir uma porcentagem maior de testosterona, o posicionamento das autoridades esportivas, neste estudo representados pelos técnicos e fisiologistas, afirmam, de forma categórica ou velada, que as mulheres trans possuem vantagens físicas ao competir com mulheres cis em competições esportivas.

Apesar de alguns posicionamentos cautelosos levantarem a necessidade de se considerar questões sociais no que tange a participação de pessoas trans em competições esportivas, o discurso biológico sempre é solicitado para embasar justificativas excludentes.

O lugar que as pessoas trans ocupam no cenário esportivo ainda é enraizado de preconceito, as discussões científicas parecem não querer avançar e a separação/rejeição ainda se mostra como o caminho mais fácil e viável para a comunidade esportiva.

REFERÊNCIAS

ARNOLD, M.L.; CHAMBERS, K.; PETRIE, T.A. NCAA coaches' perceptions of the inclusion of transgender athletes: a qualitative analysis. *Sport, Educations and Society*, 2023. p.1-17. Disponível em:< <https://www-tandfonline.ez291.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1080/17511321.2020.1856915?src=recsys>>. Acesso em: 07. abr. 2024.

BALLANTYNE, K. N.; KAYSER M., GROOTEGOED J. Á. Sex and gender issues in competitive sports: investigation of a historical case leads to a new viewpoint. *British Journal of Sports Medicine*. v.46, n.8, p. 614-617, 2012.

BAUER, M.W.; GASKEL, G.; ALLUM, N.C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In:BAUER, M.W.; GASKELL,G. **Pesquisa**

qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.** 2º ed. Natal: EDUFRN, 2014.

CAMARGO, W.X.de.; KESSLER, C.S. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 191-225, jan./abr. 2017.

CARNEIRO, C.F.; COELHO, M.L.S. Categoria feminina em xeque: reflexões sobre a categoria feminina em torneios de xadrez. **Revista Mundi Engenharia, Tecnologia e Gestão**. Paranaguá, PR, v.5, n.1, p. 207-01, 207-21, 2020 DOI: 10.21575/25254782rmetg2020vol5n11012

DOS SANTOS, M. C.; MARQUES GARCIA, R.; IWAMOTO, T. C.; PEREIRA, E. G. B. O discurso de professores de educação física sobre atletas trans no esporte. **Diversidade e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 545–573, 2022. DOI: 10.14295/de.v9i2.13281. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/13281>. Acesso em: 8 set. 2023.

DOURADO, S. P. da C; TRIVILIN, M. I. Esporte e sociedade: gênero como categoria de análise na prática do xadrez. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 27, 2020.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GARCIA, R. M.; PEREIRA, E. G. B. A opinião de atletas e treinadores de voleibol sobre a participação de mulheres trans. **Movimento [online]**. 2020, v. 26 Disponível em: . Acesso em: 01. Ago.2021.

GOELLNER, S.V. et al. Pesquisa qualitativa na educação física brasileira: marco teórico e modos de usar. **R. da Educação Física/UEM**. Maringá, v. 21, n. 3, p. 381-410, jun./ago. 2010.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ºed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILL, R. Análise do discurso. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

JESUS, J.G. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. **2a ed. Brasília: autor; 2012**.

JONES, B. A. et al. Sport and Transgender People: A Systematic Review of the Literature Relating to Sport Participation and Competitive Sport Policies. **Sports**

Medicine. Auckland, v. 47, p. 701-717, Out. 2017.

SAFER, J. D. Fairness for Transgender People in Sport, **Journal of the Endocrine Society**, V. 6, Ed. 5, maio de 2022, bvac035, <https://doi.org/10.1210/jendso/bvac035>

LAGUNA, M. Caso Tiffany: 'Só controle de testosterona não tira a vantagem'. **Revista Veja**. 2019. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/esporte/caso-tiffany-so-controle-de-testosterona-nao-tira-a-vantagem>>. Acesso em: 07 ago. 2023.

LEITÃO, J.G. Lei que proíbe atletas trans de competirem em categoria oposta ao sexo biológico entra em vigor; associação vê transfobia. Site do **GE RR**. 2023. . Disponível em: < <https://ge.globo.com/rr/noticia/2023/08/10/lei-que-proibe-atletas-trans-de-competirem-em-categoria-oposta-ao-sexo-biologico-entra-em-vigor-associacao-ve-transfobia.ghtml>>. Acesso em: 10 ago.2023.

LIONCO, T. et al. Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 18, n. 43, p. 599-621, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 set. 2023.

NAHON, R. L. et al.. Sports and performance in the transgender population: a systematic review and meta-analysis. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 27, n. 6, p. 637–645, nov. 2021.

PINTO, M. R. Outra vez o “sexo biológico”: o PL-346/2019, disputas políticas em torno do gênero e a controvérsia pública sobre a elegibilidade esportiva de pessoas trans. **Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia**, 2023.

PIRES, B. G.. As políticas de verificação de sexo/gênero no esporte: Intersexualidade, doping, protocolos e resoluções. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 24, p.215-239, set.2016.

PRECIADO, P.B. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. n-1 edições, 2018.

SANT'ANA, G.. Corpos dissonantes: O ingresso da atleta transexual Tiffany na Superliga feminina de vôlei e a desestabilização da unidade corporal. **Cadernos Pagu**, n. 64, p.e226422, 2022.

SAFER, J.D. Fairness for Transgender People in Sport, **Journal of the Endocrine Society**, v.6, n. 5, mai. 2022.

SIMON, H. S.; FRANCISCHI, V. G.; MORETTI-PIRES, R. O. Pesquisa Fenomenológica. In: SARAY, G.D.; MORETTI-PIRES, R. O. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa aplicada à Educação Física**. Florianópolis, SC: Ed. Tribo da Ilha, p. 69-79, 2011.

TEIXEIRA, F.L.; DECUSSATTI, D.; SILVA, R. de C.; CAMINHA, I.O. Biopolítica e rejuvenescimento: uma revisão sistemática sobre os discursos científicos na

educação física. **Pensar a Prática**, v. 18, n. 4, 18 dez. 2015.

VIEIRA, T. M.; JUSTO, J. S.; DE SOUZA, L. L. Entre a retórica do cuidado e a burocracia esportiva: infâncias trans em jogo. **Motrivivência**, v. 34, n. 65, 2022.

ZOBOLI, F.; MANSKE, G. S. e GALAK, E. A generificação dos corpos de atletas trans e políticas de biologização do sexo. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2021, v. 29, n. 2 Disponível em: . Acesso em: 02. Ago. 2023.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os corpos trans que subverteram a ordem e que vem conquistando o seu lugar dentro do esporte respeitando as suas identidades e tensionando a ordem biológica e biomédica, enfrentam resistência e passam por diversos assujeitamentos para permanecer nesse espaço heteronormativo e categorizado que se configura o esporte moderno. A participação de pessoas trans em competições esportivas está longe de se tornar legítima pelas pessoas que fazem parte do universo esportivo, e pela sociedade, de maneira geral.

Os posicionamentos dos entrevistados diálogos com o que se encontra na literatura e em sites e redes sociais, a presença do corpo trans no cenário esportivo incomoda. As justificativas para essa deslegitimação, recai sempre no aspecto biológico e nas possíveis vantagens físicas do corpo trans, mesmo não havendo ainda estudos mais específicos que abordem essa problemática da maneira metodológica que necessita.

Foucault (2012) nos lembra que a separação e a rejeição são princípios de exclusão do discurso. As falas analisadas são marcadas por esses princípios, que priorizam rejeitar o corpo trans no cenário esportivo heteronormativo, reforçando que o seu lugar é a margem, a parte, em categorias separadas, mesmo que isso signifique a exclusão desses atletas.

Os aspectos sociais, se fazem presentes na fala de um número reduzido de participantes que de fato buscam legitimar a participação das pessoas trans no cenário esportivo. Algumas falas recorrem a esses aspectos de maneira superficial para tentar disfarçar o discurso de rejeição.

Após as alterações nas diretrizes do COI em 2021; com a força que o movimento político e ideológico de exclusão de pessoas trans; a falta de compromisso da ciência em se aprofundar na temática e desenvolver estudos consistentes que possam de fato mostrar (ou não) as possíveis vantagens das pessoas trans no esporte, a tendência é que um número maior de Federações/Confederações comecem a reduzir ou excluir(direta ou indiretamente) o corpo trans de suas competições.

Apontamos como limitações do nosso estudo: Ter entrevistado apenas atletas trans de uma modalidade esportiva, o voleibol; os técnicos e fisiologistas que participaram da pesquisa não tinham experiência prática com pessoas trans e não se dedicavam a estudar sobre a temática. Apontamos como possíveis temáticas para

estudos posteriores, o aprofundamento em outros esportes, além de, como já reiterado ao longo do estudo, o desenvolvimento de estudos com bases bio/fisiológicas, que se dediquem a entender de maneira aprofundada e com métodos adequados as possíveis diferenças biológicas entre pessoas trans e pessoas cis no universo do esporte de competição.

Esperamos que esse estudo possa contribuir para clarificar e promover a temática para os profissionais de educação física afim de que eles tenham maior propriedade para se posicionar e exercer seu trabalho.

REFERÊNCIAS

ARNOLD, M.L.; CHAMBERS, K.; PETRIE, T.A. NCAA coaches' perceptions of the inclusion of transgender athletes: a qualitative analysis. **Sport, Educations and Society**, 2023. p.1-17. Disponível em:< <https://www-tandfonline.ez291.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1080/17511321.2020.1856915?src=recsys>>. Acesso em: 07. abr. 2024.

BALLANTYNE, K. N.; KAYSER M., GROOTEGOED J. Á. Sex and gender issues in competitive sports: investigation of a historical case leads to a new viewpoint. *British Journal of Sports Medicine*. v.46, n.8, p. 614-617, 2012.

BAUER, M.W.; GASKEL, G.; ALLUM, N.C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In:BAUER, M.W.; GASKELL,G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

BENEDETTI, M. **Toda Feita: O corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, B. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n.10, p. 2655-2664, out., 2012.

_____. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 2º ed. Natal: EDUFRN, 2014.

_____. Reinvenção do corpo: do determinismo biológico aos gêneros plurais. Em: GOMES-DA-SILVA, P.N.; CAMINHA, I.O. **Movimento Humano: incursões na educação e na cultura**, Curitiba: Appris, 2017. p.215-234.

BERRIA, J. et al. Seleção dos informantes. In: SANTOS, S.G., MORETTI-PIRES R. O. (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa Aplicada à Educação Física**. 1. ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, p. 38 – 77, 2012.

BUTLER, J. **Problemas de gênero - Feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, W.X.de. O tênis na trajetória de Renée Richards. **Ludopédio**, São Paulo, v. 106, n.29, 2018.

CAMARGO,W.X.de.; KESSLER,C.S. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 23, n. 47, p. 191-225, jan./abr. 2017.

CARNEIRO, C.F.; COELHO, M.L.S. Categoria feminina em xeque: reflexões sobre a categoria feminina em torneios de xadrez. **Revista Mundi Engenharia, Tecnologia e Gestão**. Paranaguá, PR, v.5, n.1, p. 207-01,207-21, 2020 DOI: 10.21575/25254782rmetg2020vol5n11012

CHAVES, P.N; ARAÚJO, A.C.de. Pensando o corpo travestido e transexualizado no esporte: uma análise da película Beautiful Boxer. **Motrivivência**.v.7, n. 45, p. 219-229, set. 2015.

CONFED. Afinal, atletas transexuais têm mais força que as jogadoras cisgênero? Notícias – Conselho Federal de Educação Física [online], jul. 2018. Disponível em: <
<http://www.confed.org.br/confed/comunicacao/clipping/1170/>>. Acesso em: 26 de jul. de 2018.

DO PRADO, V. M.; NOGUEIRA, A. L. G. A. Transexualidade e esporte: o caso Tiffany Abreu em “jogo”. **Revista Eletrônica Interações Sociais**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 60–72, 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/8055>. Acesso em: 26 abr. 2023.

DOURADO, S. P. da C; TRIVILIN, M. I. Esporte e sociedade: gênero como categoria de análise na prática do xadrez. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 27, 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GARCIA, C.C. O gênero e as práticas esportivas das mulheres. Alguns pontos de discussão em psicologia social e do esporte. **Psicologia Revista**. São Paulo, v.17, n.especial, p.497-517,2018.

GARCIA, R.M. Resistência trans no voleibol feminino paranaense. **REBEH**. v.3, n.2, Out-Dez, 2020. Disponível em:<
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>>. Acesso em: 20 abr.2023.

GARCIA, R.M.; PEREIRA, E.G.B. ressignificações no esporte através da performance de Tiffany Abreu. **E-legis**, Brasília, Número Especial – Pesquisas e Políticas sobre Esporte, nov. 2018.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILL,R. Análise do discurso. In: BAUER, M.W.; GASKELL,G.
Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

GOELLNER, S.V.; FIGUEIRA, M. L. M. CORPO E GÊNERO: a revista capricho e a produção de corpos femininos. **Motrivivência**, ano XIII, n. 19, dez. 2002.

GOELLNER, S.V. et al. Pesquisa qualitativa na educação física brasileira: marco teórico e modos de usar. **R. da Educação Física/UEM.** Maringá, v. 21, n. 3, p. 381-410, jun./ago. 2010.

GOELLNER, S. Jogos Olímpicos: a generificação de corpos performantes. **Revista USP**, n. 108, p. 29-38, 28 mar. 2016.

GRESPLAN, C. L.; GOELLNER, S. V. Fallon Fox: Um corpo queer no octógono. **Movimento.** Porto Alegre, v. 20, n. 4, 2014a, p. 1265-1282.

_____. As Mulheres no octógono: esportes e atravessamentos de fronteiras. In: VII CONGRESSO SULBRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 2014b, Paraná. Anais... Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/7csbce/2014/paper/viewFile/5940/23>
 6. Acesso em: 14 nov.2020

HARAWAY.D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n.22, p.201-246, jan. 2004.

IWAMOTO, T. C. A repercussão da inclusão de pessoas transexuais no esporte : o discurso nas redes sociais sobre o caso da jogadora Tiffany. 2019. xv, 242 f., il. **Tese (Doutorado em Educação Física)**—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

JESUS, J.G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** 2a ed. Brasília: autor; 2012.

JESUS, J. G. D. Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio. **História Agora**, v. 16, n. 2, p. 101-123, 2013.

JONES, B. A. et al. Sport and Transgender People: A Systematic Review of the Literature Relating to Sport Participation and Competitive Sport Policies. **Sports Medicine.** Auckland, v. 47, p. 701-717, Out. 2016.

LAGUNA,M. Caso Tiffany: ‘Só controle de testosterona não tira a vantagem’. **Revista Veja.** 2019. Disponível em:< <https://veja.abril.com.br/esporte/caso-tiffany-so-controle-de-testosterona-nao-tira-a-vantagem>>. Acesso em: 07 ago. 2023.

LE BRETON, D. Corpo, gênero, identidade. In: FERRARI, A. et al. **Corpo, gênero e sexualidade**, Minas Gerais:UFLA, 2014, p.19-34.

LEITÃO, J.G. Lei que proíbe atletas trans de competirem em categoria oposta ao sexo biológico entra em vigor; associação vê transfobia. Site do **GE RR**. 2023. . Disponível em:< <https://ge.globo.com/rr/noticia/2023/08/10/lei-que-proibe-atletas-trans-de-competirem-em-categoria-oposta-ao-sexo-biologico-entra-em-vigor-associacao-ve-transfobia.ghhtml>>. Acesso em: 10 ago.2023.

LEON, A, de. Bola no pé e caneta na mão: futebol e direito em busca do falo perdido. **Revista de ciências sociais - política & trabalho**, v. 27, 2009, p. 217-228.

LESSA, P.; VOTRE, S.J. Carteira rosa: a tecnofabricação dos corpos sexuados nos testes de feminilidade na olímpiada de 1968. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.35, n.2, p. 263-279, abr. 2013.

LIONCO, T. et al. Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 18, n. 43, p. 599-621, dez. 2018. Disponível em<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 set. 2023.

MACHADO, E.D.; TURATTI JÚNIOR, M.A. O papel do Estado na inclusão de atletas transexuais no esporte à luz da teoria do reconhecimento social. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Salvador, v.4, n.1, p.22-42. 2018.

MÉLLO, R.P. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n,1, p.197- 207, jan. 2012.

MUHLEN, J.C; GOELLNER, S.V. Jogos de Gênero em Pequim 2008: representações de feminilidades e masculinidades (re)produzidas pelo site terra. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 165-184, jan./mar. 2012.

NAHON, R. L. et al.. Sports and performance in the transgender population: a systematic review and meta-analysis. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 27, n. 6, p. 637–645, nov. 2021.

NASCIMENTO, S. De. S. Variações do feminino: circuitos do universo trans na Paraíba. **Revista de Antropologia**, v. 57, n. 2, p. 377-411, 2014Tradução . . Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/89117/92009>. Acesso em: 13 fev. 2024.

NEGRINE, A. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: MOLINA NETO, V.; TRIVIÑOS. A. N. S. **Pesquisa qualitativa na Educação Física - Alternativas Metodológicas**. 3 ed., Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

PETRY, A. R.; MEYER, D. E. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 193–198, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/7375>. Acesso em: 13 fev. 2024.

PIEPER, L.P. Gender Regulation: Renée Richards Revisited, *The International Journal of the History of Sport*, v.29, n.5, p. 675-690, 2012.

PINTO, M. R. Outra vez o “sexo biológico”: o PL-346/2019, disputas políticas em torno do gênero e a controvérsia pública sobre a elegibilidade esportiva de pessoas trans. **Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia**, 2023.

PIRES, B.G. As políticas de verificação de sexo/gênero no esporte: intersexualidade, doping, protocolos e resoluções. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n.24, p. 215-239, dez. 2016. 18

PRECIADO, P.B. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. n-1 edições, 2018.

RECHIA, S; SILVA, EAPC; DOMINGUES, T; DRULA, AJ; SANTOS, KRV. As regras do jogo: reflexões sobre a produção científica na sociologia do esporte **R. bras. Ci. e Mov** 2015;23(3):161-169.

RIOJA MARTÍNEZ, R.; ESPARTERO-CASADO, J.; TUERO-DEL-PRADO, C. E. Identificação de barreiras na prática do esporte pela comunidade transgênero. **Movimento**, [S. l.], v. 29, p. e29067, 2023. DOI: 10.22456/1982-8918.126264. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/126264>. Acesso em: 6 abr. 2024.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do sexo**. Tradução SOS Corpo, 1993. (1975).

SANT'ANA, G.. Corpos dissonantes: O ingresso da atleta transexual Tiffany na Superliga feminina de vôlei e a desestabilização da unidade corporal. **Cadernos Pagu**, n. 64, p.e226422, 2022.

SAFER, J.D. Fairness for Transgender People in Sport, **Journal of the Endocrine Society**, v.6, n. 5, mai. 2022.

SIMON, H. S.; FRANCISCHI, V. G.; MORETTI-PIRES, R. O. Pesquisa Fenomenológica. In: SARAY, G.D.; MORETTI-PIRES, R. O. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa quantitativa aplicada à Educação Física**. Florianópolis, SC: Ed. Tribo da Ilha, p. 69-79, 2011.

SERRANO, J.L.; CAMINHA, I.O.; SENA, I.G. Transexualidade e educação física: Uma revisão sistemática em periódicos das ciências da saúde. **Movimento**. Porto Alegre, v.23,n.3, p.1119-1132, jul./set., 2017.

SILVEIRA, V.T.; VAZ, A.F. Doping e controle de feminilidade no esporte*.

Cadernos Pagu. v.42,p.447-475, jan./jun. 2014.

TEIXEIRA, F.L.; DECUSSATTI, D.; SILVA, R. de C.; CAMINHA,I.O. Biopolítica e rejuvenescimento: uma revisão sistemática sobre os discursos científicos na educação física. **Pensar a a Prática**, v. 18, n. 4, 18 dez. 2015.

VIEIRA, T. M.; JUSTO, J. S.; DE SOUZA, L. L. Entre a retórica do cuidado e a burocracia esportiva: infâncias trans em jogo. **Motrivivência**, v. 34, n. 65, 2022.

ZOBOLI, F.; MANSKE, G. S. e GALAK, E. A generificação dos corpos de atletas trans e políticas de biologização do sexo. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2021, v. 29, n. 2 Disponível em: . Acesso em: 02. Ago. 2023.

ANEXOS

ANEXO A- PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ASPECTOS BIOLÓGICOS E SOCIOCULTURAIS: UMA ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS PARA (DES)LEGITIMAÇÃO DAS PESSOAS TRANSEXUAIS EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS

Pesquisador: Iraquitan de Oliveira Caminha

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 29725620.0.0000.5188

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.936.146

Apresentação do Projeto:

O projeto está estruturado:

ASPECTOS BIOLÓGICOS E SOCIOCULTURAIS: UMA ANÁLISE DAS JUSTIFICATIVAS PARA (DES)LEGITIMAÇÃO DAS PESSOAS TRANSEXUAIS EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS

Objetivo da Pesquisa:

Compreender os argumentos utilizados pelos atores sociais envolvidos no esporte para legitimar ou delegitimar a participação de pessoas transexuais em competições esportivas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

De acordo com os autores:

A presente pesquisa não prevê nenhum risco aos seus participantes, mas aponta que pode haver algum constrangimento que pode ser ocasionado por alguma pergunta da entrevista, caso isso aconteça, o entrevistado pode parar a entrevista a qualquer momento sem nenhum tipo de prejuízo.

BENEFÍCIOS

Os benefícios com a realização dessa pesquisa poderão ser identificados a longo prazo, já que com o resultado dela se propõe ampliar as discussões sobre a inclusão das pessoas transexuais em competições esportivas, através de estudos realizados cientificamente com diferentes atores

Endereço: UNIVERSITÁRIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOÃO PESSOA
Telefone: (033)216-7791 Fax: (033)216-7791 E-mail: combedeetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer 3.636/146

socialis que fazem parte do mundo esportivo, buscando assim, apontar caminhos dentro das competições com mais equidade considerando aspectos biológicos e socioculturais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está estruturado.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos foram apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1520359.pdf	06/03/2020 11:03:08		Aceito
Outros	CERTIDAO.pdf	06/03/2020 11:01:21	Iraquiton de Oliveira Caminha	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODETALHADO.pdf	06/03/2020 10:56:07	Iraquiton de Oliveira Caminha	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	06/03/2020 10:54:35	Iraquiton de Oliveira Caminha	Aceito
Orçamento	Orcamento.docx	06/03/2020 10:54:12	Iraquiton de Oliveira Caminha	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	06/03/2020 10:48:11	Iraquiton de Oliveira Caminha	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	06/03/2020	Iraquiton de	Aceito

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (03)3216-7791 Fax: (03)3216-7791 E-mail: comitedetica@ccs.ufpb.br

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 3.836.146

Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	08:15:38	Oliveira Caminha	Aceito
----------------	------------------	----------	------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 26 de Março de 2020

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: UNIVERSITARIO S/N
Bairro: CASTELO BRANCO CEP: 58.051-900
UF: PB Município: JOAO PESSOA
Telefone: (83)3216-7791 Fax: (83)3216-7791 E-mail: comfedeatoc@ccs.ufpb.br

APÊNDICES

APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre as justificativas para legitimar ou deslegitimar a participação de pessoas transexuais em competições esportivas e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Jéssica Leite Serrano aluna do Curso de doutorado em Educação Física do Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física UPE/UFPB, sob a orientação do(a) Professor Doutor Iraquitã de Oliveira Caminha.

O objetivo do estudo é compreender os argumentos utilizados pelos atores sociais envolvidos no esporte (técnicos esportivos, atletas transexuais, atletas cisgênero e fisiologistas) para legitimar ou deslegitimar a participação de pessoas transexuais em competições esportivas.

A finalidade deste trabalho é ampliar as discussões sobre a inclusão das pessoas transexuais em competições esportivas, através de estudos realizados cientificamente com diferentes atores sociais que fazem parte do mundo esportivo, buscando assim, apontar caminhos para possíveis mudanças nas diretrizes que regem a participação das pessoas transexuais em competições esportivas, pautadas em uma maior equidade considerando aspectos biológicos e socioculturais, trazendo assim, benefícios para todos os atores sociais envolvidos no esporte.

Solicitamos a sua colaboração para responder a uma entrevista do tipo semiestruturada, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de saúde e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos, previsíveis, para a sua saúde, mas, caso haja algum constrangimento em responder a alguma das perguntas da entrevista, ela se finaliza no mesmo momento.

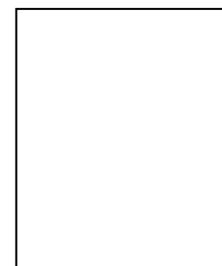
Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da
Pesquisa ou Responsável
Legal

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)



Espaço para impressão dactiloscópica

Assinatura da Testemunha

Contato do Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a) Iraquitã de Oliveira Caminha.

Endereço (Setor de Trabalho): Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física UPE/UEPB. Universidade Federal da Paraíba, Campus I- Cidade Universitária. 1º andar- CEP 58051-900 – João Pessoa/PB.

Telefone: (83)999867923

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da
Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º
Andar – CEP 58051- 900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

APÊNDICE B- ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA ATLETAS TRANSEXUAIS

1- Você já participou de competições esportivas de acordo com a sua identidade de gênero? Como foi a sua experiência nessas competições?

2- Você enquanto mulher/homem trans já teve que participar de competições esportivas de acordo com o sexo biológico? Como foi a sua experiência nessas competições?

3- Qual a sua opinião sobre a participação de pessoas transexuais (de maneira geral) em competições esportivas segundo a sua identidade de gênero? A sua opinião é a mesma para homens e mulheres transexuais?

4- Na sua opinião, existe uma forma mais “justa” de competição?

APÊNDICE C- ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA TÉCNICOS ESPORTIVOS

1- Qual a sua opinião sobre a participação de pessoas transexuais em competições esportivas segundo a sua identidade de gênero? A sua opinião é a mesma para homens e mulheres transexuais?

2- Na sua opinião, qual a forma mais “justa” de competição?

3- Você gostaria de ter um(a) atleta transexual em sua equipe? / Você aceitaria ser técnico de um(a) atleta transexual? (Pergunta destinada apenas aos técnicos que nunca atuaram com atletas transexuais).

APÊNDICE D- ROTEIRO DA ENTREVISTA PARA FISILOGISTAS

- 1- Qual a sua opinião sobre a participação de pessoas transexuais em competições esportivas segundo a sua identidade de gênero? A sua opinião é a mesma para homens e mulheres transexuais?
- 2- Na sua opinião, existem possíveis vantagens ou desvantagens (fisiologicamente falando) para homens e mulheres trans em competições esportivas segundo a sua identidade de gênero?
- 3- Na sua opinião, qual a forma mais “justa” de competição?